



**Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Assessoria**

EDITAL

Nº do Processo: 009.00001181/2026-95

Interessado: Subsecretaria de Gestão Corporativa

Assunto: Aquisição de bens permanentes - equipamentos de ar-condicionado - Sistema VRF

**PREGÃO
ELETRÔNICO
90011/2026**

CONTRATANTE (UASG)
(540106)

OBJETO

Contratação de empresa para a aquisição de equipamentos de climatização, para o sistema de VRF, que será instalado na nova sede da Controladoria Geral do Estado

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

Sigiloso, nos termos do art. 24 da Lei Federal nº 14.133/2021.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 13/05/2026 às 09h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

menor preço global

Modo de disputa:

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

Sumário

- [1. DO OBJETO.. 3](#)
- [2. DO REGISTRO DE PREÇOS 3](#)
- [3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.. 4](#)
- [4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.. 6](#)
- [5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA. 7](#)
- [6. DA ABERTURA DA SESSÃO. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES. 9](#)
- [7. DA FASE DE JULGAMENTO.. 13](#)
- [8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.. 17](#)
- [9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. 19](#)
- [10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA. 20](#)
- [11. DOS RECURSOS. 21](#)
- [12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES. 21](#)

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº/20...
(Processo Administrativo nº009.00001181/2026-95)

Torna-se público que o(a) Controladoria Geral do Estado, por meio do(a) Coordenadoria de Gestão de Contratos e Convênios, sediado(a) na Avenida Rangel Pestana, nº 300 – 18º andar – São Paulo/SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023](#), da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é aquisição de equipamentos de climatização para o sistema de VRF, para a sede da Controladoria Geral do Estado conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por mais de um item, conforme definido no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007](#).

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para o grupo único, a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), observado o disposto no § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante

ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.11. Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos [§§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado](#), conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo "não", por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inc. IX, da Constituição](#) Federal, e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de R\$ 247,00 (duzentos e quarenta e sete reais) para o item 1, R\$ 40,00 (quarenta reais) para os itens 2, 3, 4, 5 e 6, R\$ 41,00 (quarenta e um reais) para o item 7, R\$ 42,00 (quarenta e dois reais) para os itens 8, 9 e 10, R\$ 44,00 (quarenta e quatro reais) para os itens 11 e 12, e incidirá pelo valor unitário do objeto.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#), quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na legislação correlata, e no item 3.6 deste

Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a [Lei nº 10.522, de 2002](#), no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#).

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de

realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
- 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados após protocolada solicitação à Coordenadoria de Gestão Documental, através do e-mail cgd.cge@sp.gov.br, devendo ser informado: assunto, nº da licitação e nº do processo.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
- 12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:
- 12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;
- 12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação ;
- 12.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).
- 12.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 12.2.1. advertência;
- 12.2.2. multa;
- 12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
- 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.
- 12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no [art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: cgcc.cge@sp.gov.br.

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet www.controladoriageral.sp.gov.br, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual", de que trata o [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#). Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10);

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias corridos, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.12. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no [Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025](#), e na [Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026](#), quando for o caso.

14.13. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina

aplicável.

14.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no sítio eletrônico do Diário Oficial do Estado de SP <https://www.doe.sp.gov.br/e-negocios-publicos> e no sítio eletrônico da CGE-SP www.controladoriageral.sp.gov.br.

14.15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.16.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.16.1.1. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;

14.16.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

14.16.2.1 - Anexo II.1 – Minuta de Ordem de Fornecimento;

14.16.3. ANEXO III - Resolução CGE nº 31, de 04 de setembro de 2025;

14.16.4. ANEXO IV – Modelo de Planilha de Proposta;

14.16.5. ANEXO V – Modelo(s) de Declaração(ões);

14.16.5.1 - Anexo V.1 – Modelo de Declaração;

14.16.5.2 - Anexo V.2 – Modelo de Declaração;

14.16.5.3 - Anexo V.3 – Modelo de Declaração exigida para habilitação.

São Paulo, na data da assinatura digital.

Daniel da Silva Lima
Autoridade Competente

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de equipamentos de climatização, novos, sem uso anterior, para o sistema de VRF (VARIABLE REFRIGERANT FLOW), que será instalado na nova sede da CGE/SP, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

PLANILHA DE QUANTIDADES - CLIMATIZAÇÃO OS EQUIPAMENTOS OFERTADOS DEVERÃO ATENDER NO MÍNIMO AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS									
ANDAR	ÁREA	TIPO DO EVAPORADOR:	CAPACIDADE TÉRMICA (BTU/H):	CAPACIDADE TÉRMICA (HP):	VAZÃO DE INSUFLAMENTO (M³/H):	TENSÃO:	POTÊNCIA EVAP. (W)	TAMANHO:	QUANT.
18º PAVIMENTO	POLÍCIA MILITAR	CASSETE 4 VIAS	24.000	2,50	1.080	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
18º PAVIMENTO	CHEFE CONS. JUR.	CASSETE 4 VIAS	15.000	1,60	660	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
18º PAVIMENTO	ADM	CASSETE 4 VIAS	42.000	4,30	1.980	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	1
18º PAVIMENTO	POLÍCIA CIVIL	CASSETE 4 VIAS	18.000	2,00	672	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
18º PAVIMENTO	CHEFE ASS. TEC.	CASSETE 4 VIAS	9.000	1,00	489	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
18º PAVIMENTO	CHDFE ASS. EXECUTIVO	CASSETE 4 VIAS	9.000	1,00	489	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
18º PAVIMENTO	CHEFE GABINETE	CASSETE 4 VIAS	9.000	1,00	489	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
18º PAVIMENTO	CONTROLADOR GERAL DO ESTADO	CASSETE 4 VIAS	36.000	3,75	1.740	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	1
18º PAVIMENTO	SALA DE SITUAÇÃO	CASSETE 4 VIAS	30.000	3,20	1.260	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
18º PAVIMENTO	CONTROLADOR EXECUTIVO	CASSETE 4 VIAS	30.000	3,20	1.260	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
18º PAVIMENTO	RECEPÇÃO	CASSETE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
18º PAVIMENTO	COPA	CASSETE 4 VIAS	15.000	1,60	660	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1

18º PAVIMENTO	DESCOMPRESSÃO	CASSETTE 4 VIAS	15.000	1,60	660	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
18º PAVIMENTO	ALOJAMENTO PM	CASSETTE 4 VIAS	18.000	2,00	672	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
18º PAVIMENTO	EXTERNO	CONDENSADORA	65.900	10,00	-	220V/03F/Hz	500	1090 x 1625 x 380	3
ANDAR	ÁREA	TIPO DO EVAPORADOR:	CAPCIDADE TÉRMICA (BTU/H):	CAPCIDADE TÉRMICA (HP):	VAZÃO DE INSUFLAMENTO (M³/H):	TENSÃO:	POTÊNCIA EVAP. (W)	TAMANHO:	QUANT.
17º PAVIMENTO	ACESSÓRIA / SUBSECRETARIA DE COMBATE A CORRUPÇÃO	CASSETTE 4 VIAS	42.000	4,30	1.980	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	3
17º PAVIMENTO	OUVIDORIA GERAL	CASSETTE 4 VIAS	42.000	4,30	1.980	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	2
17º PAVIMENTO	SUBSECRETÁRIO	CASSETTE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
17º PAVIMENTO	DIRETOR	CASSETTE 4 VIAS	9.000	1,00	489	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
17º PAVIMENTO	DIRETOR	CASSETTE 4 VIAS	9.000	1,00	489	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
17º PAVIMENTO	COPA	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
17º PAVIMENTO	DESCOMPRESSÃO	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
17º PAVIMENTO	DIRETOR	CASSETTE 4 VIAS	7.000	0,80	459	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
17º PAVIMENTO	DIRETOR	CASSETTE 4 VIAS	7.000	0,80	459	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
17º PAVIMENTO	SUBSECRETARIO	CASSETTE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
17º PAVIMENTO	EXTERNO	CONDENSADORA	65.900	10,00	-	220V/03F/Hz	500	1090 x 1625 x 380	3
ANDAR	ÁREA	TIPO DO EVAPORADOR:	CAPCIDADE TÉRMICA (BTU/H):	CAPCIDADE TÉRMICA (HP):	VAZÃO DE INSUFLAMENTO (M³/H):	TENSÃO:	POTÊNCIA EVAP. (W)	TAMANHO:	QUANT.
16º PAVIMENTO	DIRETOR	CASSETTE 4 VIAS	9.000	1,00	489	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
16º PAVIMENTO	DIRETOR	CASSETTE 4 VIAS	9.000	1,00	489	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
16º PAVIMENTO	DIRETOR	CASSETTE 4 VIAS	9.000	1,00	489	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
16º PAVIMENTO	COPA	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
16º PAVIMENTO	DESCOMPRESSÃO	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
16º PAVIMENTO	CPD	CASSETTE 4 VIAS	18.000	2,00	672	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
16º PAVIMENTO	ACESSORIA	CASSETTE 4 VIAS	9.000	1,00	489	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
16º PAVIMENTO	SUBSECRETÁRIO	CASSETTE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
16º PAVIMENTO	ADM 01	CASSETTE 4 VIAS	36.000	3,75	1.740	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	2
16º PAVIMENTO	ADM 02	CASSETTE 4 VIAS	42.000	4,30	1.980	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	2
16º PAVIMENTO	SALA DE REUNIÃO	CASSETTE 4 VIAS	18.000	2,00	672	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
16º PAVIMENTO	EXTERNO	CONDENSADORA	65.900	10,00	-	220V/03F/Hz	500	1090 x 1625 x 380	3
ANDAR	ÁREA	TIPO DO EVAPORADOR:	CAPCIDADE TÉRMICA (BTU/H):	CAPCIDADE TÉRMICA (HP):	VAZÃO DE INSUFLAMENTO (M³/H):	TENSÃO:	POTÊNCIA EVAP. (W)	TAMANHO:	QUANT.
15º PAVIMENTO	DIRETOR	CASSETTE 4 VIAS	9.000	1,00	489	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
15º PAVIMENTO	DIRETOR	CASSETTE 4 VIAS	9.000	1,00	489	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
15º PAVIMENTO	ACESSÓRIA	CASSETTE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
15º PAVIMENTO	COPA	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
15º PAVIMENTO	DESCOMPRESSÃO	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
15º PAVIMENTO	SUBSECRETÁRIO	CASSETTE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1

15º PAVIMENTO	ADM 01	CASSETTE 4 VIAS	24.000	2,50	1.080	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	2
15º PAVIMENTO	ADM 02	CASSETTE 4 VIAS	48.000	5,00	2.040	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	1
15º PAVIMENTO	ADM 03	CASSETTE 4 VIAS	48.000	5,00	2.040	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	1
15º PAVIMENTO	EXTERNO	CONDENSADORA	65.900	10,00	-	220V/03F/Hz	500	1090 x 1625 x 380	3
ANDAR	ÁREA	TIPO DO EVAPORADOR:	CAPCIDADE TÉRMICA (BTU/H):	CAPCIDADE TÉRMICA (HP):	VAZÃO DE INSUFLAMENTO (M³/H):	TENSÃO:	POTÊNCIA EVAP. (W)	TAMANHO:	QUANT.
14º PAVIMENTO	AUDITORIA GERAL DO ESTADO 01 / ÁREAS INDIVIDUAIS	CASSETTE 4 VIAS	48.000	5,00	2.040	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	2
14º PAVIMENTO	DESCOMPRESSÃO	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
14º PAVIMENTO	AUDITORIA GERAL DO ESTADO 03	CASSETTE 4 VIAS	48.000	5,00	2.040	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	2
14º PAVIMENTO	COPA	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
14º PAVIMENTO	AUDITORIA GERAL DO ESTADO 02 ÁREAS INDIVIDUAIS	CASSETTE 4 VIAS	48.000	5,00	2.040	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	1
14º PAVIMENTO	EXTERNO	CONDENSADORA	65.900	10,00	-	220V/03F/Hz	500	1090 x 1625 x 380	3
ANDAR	ÁREA	TIPO DO EVAPORADOR:	CAPCIDADE TÉRMICA (BTU/H):	CAPCIDADE TÉRMICA (HP):	VAZÃO DE INSUFLAMENTO (M³/H):	TENSÃO:	POTÊNCIA EVAP. (W)	TAMANHO:	QUANT.
13º PAVIMENTO	DIRETOR	CASSETTE 4 VIAS	9.000	1,00	489	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
13º PAVIMENTO	DIRETOR	CASSETTE 4 VIAS	9.000	1,00	489	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
13º PAVIMENTO	SUBSECRETÁRIO	CASSETTE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
13º PAVIMENTO	COPA	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
13º PAVIMENTO	DESCOMPRESSÃO	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
13º PAVIMENTO	ACESSORIA	CASSETTE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
13º PAVIMENTO	SALA DE REUNIÃO	CASSETTE 4 VIAS	15.000	1,60	660	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
13º PAVIMENTO	ADM 01	CASSETTE 4 VIAS	36.000	3,75	1.740	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	2
13º PAVIMENTO	ADM 02	CASSETTE 4 VIAS	42.000	4,30	1.980	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	3
13º PAVIMENTO	EXTERNO	CONDENSADORA	65.900	10,00	-	220V/03F/Hz	500	1090 x 1625 x 380	3
ANDAR	ÁREA	TIPO DO EVAPORADOR:	CAPCIDADE TÉRMICA (BTU/H):	CAPCIDADE TÉRMICA (HP):	VAZÃO DE INSUFLAMENTO (M³/H):	TENSÃO:	POTÊNCIA EVAP. (W)	TAMANHO:	QUANT.
12º PAVIMENTO	DIRETOR	CASSETTE 4 VIAS	9.000	1,00	489	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
12º PAVIMENTO	DIRETOR	CASSETTE 4 VIAS	9.000	1,00	489	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
12º PAVIMENTO	DIRETOR	CASSETTE 4 VIAS	9.000	1,00	489	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
12º PAVIMENTO	SUBSECRETÁRIO	CASSETTE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
12º PAVIMENTO	COPA	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
12º PAVIMENTO	DESCOMPRESSÃO	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
12º PAVIMENTO	ACESSORIA	CASSETTE 4 VIAS	9.000	1,00	489	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
12º PAVIMENTO	ADM 01	CASSETTE 4 VIAS	36.000	3,75	1.740	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	2
12º PAVIMENTO	ADM 02	CASSETTE 4 VIAS	42.000	4,30	1.980	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	2
12º PAVIMENTO	SALA DE REUNIÃO	CASSETTE 4 VIAS	18.000	2,00	672	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1

12º PAVIMENTO	EXTERNO	CONDENSADORA	65.900	10,00	-	220V/03F/Hz	500	1090 × 1625 × 380	3
ANDAR	ÁREA	TIPO DO EVAPORADOR:	CAPCIDADE TÉRMICA (BTU/H):	CAPCIDADE TÉRMICA (HP):	VAZÃO DE INSUFLAMENTO (M³/H):	TENSÃO:	POTÊNCIA EVAP. (W)	TAMANHO:	QUANT.
11º PAVIMENTO	OITIVAS 01	CASSETE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
11º PAVIMENTO	OITIVAS 02	CASSETE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
11º PAVIMENTO	OITIVAS 03	CASSETE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
11º PAVIMENTO	OITIVAS 04	CASSETE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
11º PAVIMENTO	OITIVAS 05	CASSETE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
11º PAVIMENTO	OITIVAS 06	CASSETE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
11º PAVIMENTO	OITIVAS 07	CASSETE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
11º PAVIMENTO	OITIVAS 08	CASSETE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
11º PAVIMENTO	SALA DE ACOLHIMENTO	CASSETE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
11º PAVIMENTO	RECEPÇÃO	CASSETE 4 VIAS	15.000	1,60	660	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
11º PAVIMENTO	SALA DE CONVENÇÃO	CASSETE 4 VIAS	48.000	5,00	2.040	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	2
11º PAVIMENTO	SALA DE APOIO	CASSETE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
11º PAVIMENTO	OITIVAS 09	CASSETE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
11º PAVIMENTO	OITIVAS 10	CASSETE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
11º PAVIMENTO	SALA DE REUNIÃO	CASSETE 4 VIAS	24.000	2,50	1.080	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
11º PAVIMENTO	SALA DE REUNIÃO	CASSETE 4 VIAS	24.000	2,50	1.080	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
11º PAVIMENTO	SALA DE REUNIÃO	CASSETE 4 VIAS	24.000	2,50	1.080	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
11º PAVIMENTO	EXTERNO	CONDENSADORA	65.900	10,00	-	220V/03F/Hz	500	1090 × 1625 × 380	4
ANDAR	ÁREA	TIPO DO EVAPORADOR:	CAPCIDADE TÉRMICA (BTU/H):	CAPCIDADE TÉRMICA (HP):	VAZÃO DE INSUFLAMENTO (M³/H):	TENSÃO:	POTÊNCIA EVAP. (W)	TAMANHO:	QUANT.
10º PAVIMENTO	OITIVAS 01	CASSETE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
10º PAVIMENTO	OITIVAS 02	CASSETE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
10º PAVIMENTO	OITIVAS 03	CASSETE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
10º PAVIMENTO	OITIVAS 04	CASSETE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
10º PAVIMENTO	OITIVAS 05	CASSETE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
10º PAVIMENTO	OITIVAS 06	CASSETE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
10º PAVIMENTO	OITIVAS 07	CASSETE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
10º PAVIMENTO	OITIVAS 08	CASSETE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
10º PAVIMENTO	SALA DE ACOLHIMENTO	CASSETE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
10º PAVIMENTO	RECEPÇÃO	CASSETE 4 VIAS	15.000	1,60	660	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
10º PAVIMENTO	SALA DE CONVENÇÃO	CASSETE 4 VIAS	48.000	5,00	2.040	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	2
10º PAVIMENTO	SALA DE APOIO	CASSETE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
10º PAVIMENTO	OITIVAS 09	CASSETE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
10º PAVIMENTO	OITIVAS 10	CASSETE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
10º PAVIMENTO	SALA DE REUNIÃO	CASSETE 4 VIAS	24.000	2,50	1.080	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1

10º PAVIMENTO	SALA DE REUNIÃO	CASSETTE 4 VIAS	24.000	2,50	1.080	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
10º PAVIMENTO	SALA DE REUNIÃO	CASSETTE 4 VIAS	24.000	2,50	1.080	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
10º PAVIMENTO	EXTERNO	CONDENSADORA	65.900	10,00	-	220V/03F/Hz	500	1090 x 1625 x 380	4
ANDAR	ÁREA	TIPO DO EVAPORADOR:	CAPCIDADE TÉRMICA (BTU/H):	CAPCIDADE TÉRMICA (HP):	VAZÃO DE INSUFLAMENTO (M³/H):	TENSÃO:	POTÊNCIA EVAP. (W)	TAMANHO:	QUANT.
09º PAVIMENTO	CORREGEDOR GERAL DA POLÍCIA CIVIL	CASSETTE 4 VIAS	42.000	4,30	1.980	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	1
09º PAVIMENTO	ASSISTÊNCIA DELEGADOS	CASSETTE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
09º PAVIMENTO	RECEPÇÃO	CASSETTE 4 VIAS	15.000	1,60	660	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
09º PAVIMENTO	ASSISTÊNCIA POLICIAL	CASSETTE 4 VIAS	18.000	2,00	672	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
09º PAVIMENTO	DIRETOR CORREGEDORIA	CASSETTE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
09º PAVIMENTO	GALERIA DE QUADROS E HALL DE ENTRADA	CASSETTE 4 VIAS	18.000	2,00	672	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
09º PAVIMENTO	COPA	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
09º PAVIMENTO	DESCOMPRESSÃO	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
09º PAVIMENTO	SALA DE REUNIÃO	CASSETTE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
09º PAVIMENTO	CARTÓRIO CENTRAL / RECEPÇÃO	CASSETTE 4 VIAS	48.000	5,00	2.040	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	1
09º PAVIMENTO	EXTERNO	CONDENSADORA	65.900	10,00	-	220V/03F/Hz	500	1090 x 1625 x 380	3
ANDAR	ÁREA	TIPO DO EVAPORADOR:	CAPCIDADE TÉRMICA (BTU/H):	CAPCIDADE TÉRMICA (HP):	VAZÃO DE INSUFLAMENTO (M³/H):	TENSÃO:	POTÊNCIA EVAP. (W)	TAMANHO:	QUANT.
08º PAVIMENTO	UIP	CASSETTE 4 VIAS	30.000	3,20	1.260	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
08º PAVIMENTO	SALA PARA COMPUTADOR	CASSETTE 4 VIAS	7.000	0,80	459	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
08º PAVIMENTO	PESSOAL / PROTOCOLO	CASSETTE 4 VIAS	48.000	5,00	2.040	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	1
08º PAVIMENTO	DELEGADO ASSISTENTE / HALL DE ENTRADA	CASSETTE 4 VIAS	24.000	2,50	1.080	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
08º PAVIMENTO	DIVISIONÁRIO	CASSETTE 4 VIAS	30.000	3,20	1.260	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
08º PAVIMENTO	DESCOMPRESSÃO	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
08º PAVIMENTO	COPA	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
08º PAVIMENTO	CHEFIA INVESTIGADORES	CASSETTE 4 VIAS	18.000	2,00	672	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
08º PAVIMENTO	INVESTIGADORES / RECEPÇÃO	CASSETTE 4 VIAS	42.000	4,30	1.980	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	2
08º PAVIMENTO	ALMOXARIFADO TI	CASSETTE 4 VIAS	7.000	0,80	459	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
08º PAVIMENTO	TI	CASSETTE 4 VIAS	7.000	0,80	459	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
08º PAVIMENTO	EXTERNO	CONDENSADORA	65.900	10,00	-	220V/03F/Hz	500	1090 x 1625 x 380	3
ANDAR	ÁREA	TIPO DO EVAPORADOR:	CAPCIDADE TÉRMICA (BTU/H):	CAPCIDADE TÉRMICA (HP):	VAZÃO DE INSUFLAMENTO (M³/H):	TENSÃO:	POTÊNCIA EVAP. (W)	TAMANHO:	QUANT.
07º PAVIMENTO	CARTÓRIO INVESTIGADOR / ASSISTENCIA / RECEPÇÃO	CASSETTE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	4
07º PAVIMENTO	ESCRIVÃO CHEFE / RECEPÇÃO	CASSETTE 4 VIAS	36.000	3,75	1.740	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	2
07º PAVIMENTO	DIVISIONÁRIO	CASSETTE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
07º PAVIMENTO	COPA	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1

07º PAVIMENTO	DESCOMPRESSÃO	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
07º PAVIMENTO	EXTERNO	CONDENSADORA	65.900	10,00	-	220V/03F/Hz	500	1090 x 1625 x 380	3
ANDAR	ÁREA	TIPO DO EVAPORADOR:	CAPCIDADE TÉRMICA (BTU/H):	CAPCIDADE TÉRMICA (HP):	VAZÃO DE INSUFLAMENTO (M³/H):	TENSÃO:	POTÊNCIA EVAP. (W)	TAMANHO:	QUANT.
06º PAVIMENTO	DELEGADO / ESCRIVÃO / INVESTIGADOR / ASSSITÊNCIA	CASSETTE 4 VIAS	30.000	3,20	1.260	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	2
06º PAVIMENTO	CPD	SERÁ REAPROVEITADO O EXISTENTE							
06º PAVIMENTO	11º CA	CASSETTE 4 VIAS	48.000	5,00	2.040	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	1
06º PAVIMENTO	DELEGADO / ESSCRIVÃO / INVESTIGADOR	CASSETTE 4 VIAS	36.000	3,75	1.740	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	2
06º PAVIMENTO	DIVISIONÁRIO	CASSETTE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
06º PAVIMENTO	COPA	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
06º PAVIMENTO	DESCOMPRESSÃO	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
06º PAVIMENTO	EXTERNO	CONDENSADORA	65.900	10,00	-	220V/03F/Hz	500	1090 x 1625 x 380	3
ANDAR	ÁREA	TIPO DO EVAPORADOR:	CAPCIDADE TÉRMICA (BTU/H):	CAPCIDADE TÉRMICA (HP):	VAZÃO DE INSUFLAMENTO (M³/H):	TENSÃO:	POTÊNCIA EVAP. (W)	TAMANHO:	QUANT.
05º PAVIMENTO	CARTÓRIO	CASSETTE 4 VIAS	42.000	4,30	1.980	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	2
05º PAVIMENTO	DIVISIONÁRIO	CASSETTE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
05º PAVIMENTO	SALA DE REUNIÃO	CASSETTE 4 VIAS	24.000	2,50	1.080	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
05º PAVIMENTO	CARTÓRIO	CASSETTE 4 VIAS	18.000	2,00	672	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
05º PAVIMENTO	COPA	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
05º PAVIMENTO	DESCOMPRESSÃO	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
05º PAVIMENTO	DIVISIONÁRIO	CASSETTE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
05º PAVIMENTO	DELEGADO / ESCRIVÃO / INVESTIGADOR	CASSETTE 4 VIAS	36.000	3,75	1.740	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	2
05º PAVIMENTO	EXTERNO	CONDENSADORA	65.900	10,00	-	220V/03F/Hz	500	1090 x 1625 x 380	3
ANDAR	ÁREA	TIPO DO EVAPORADOR:	CAPCIDADE TÉRMICA (BTU/H):	CAPCIDADE TÉRMICA (HP):	VAZÃO DE INSUFLAMENTO (M³/H):	TENSÃO:	POTÊNCIA EVAP. (W)	TAMANHO:	QUANT.
04º PAVIMENTO	CARTÓRIO / RECEPÇÃO	CASSETTE 4 VIAS	48.000	5,00	2.040	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	2
04º PAVIMENTO	DIVISIONÁRIO	CASSETTE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
04º PAVIMENTO	RECEPÇÃO STAS	CASSETTE 4 VIAS	15.000	1,60	660	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
04º PAVIMENTO	CONSULTORIO 01	CASSETTE 4 VIAS	15.000	1,60	660	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
04º PAVIMENTO	CONSULTORIO 02	CASSETTE 4 VIAS	15.000	1,60	660	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
04º PAVIMENTO	DELEGADO / ESCRIVÃO / INVESTIGADOR	CASSETTE 4 VIAS	36.000	3,75	1.740	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	2
04º PAVIMENTO	COPA	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
04º PAVIMENTO	DESCOMPRESSÃO	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
04º PAVIMENTO	EXTERNO	CONDENSADORA	65.900	10,00	-	220V/03F/Hz	500	1090 x 1625 x 380	3
ANDAR	ÁREA	TIPO DO EVAPORADOR:	CAPCIDADE TÉRMICA (BTU/H):	CAPCIDADE TÉRMICA (HP):	VAZÃO DE INSUFLAMENTO (M³/H):	TENSÃO:	POTÊNCIA EVAP. (W)	TAMANHO:	QUANT.

03º PAVIMENTO	CARTÓRIO	CASSETTE 4 VIAS	42.000	4,30	1.980	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	2
03º PAVIMENTO	RECEPÇÃO / DELEGADO ASSISTENTE	CASSETTE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
03º PAVIMENTO	DIVISIONÁRIO	CASSETTE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
03º PAVIMENTO	RECEPÇÃO	CASSETTE 4 VIAS	18.000	2,00	672	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
03º PAVIMENTO	COPA	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
03º PAVIMENTO	DESCOMPRESSÃO	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
03º PAVIMENTO	DIVISIONÁRIO	CASSETTE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
03º PAVIMENTO	CARTÓRIO	CASSETTE 4 VIAS	36.000	3,75	1.740	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	2
03º PAVIMENTO	EXTERNO	CONDENSADORA	65.900	10,00	-	220V/03F/Hz	500	1090 x 1625 x 380	3

* Obs.1: Itens como "controle remoto" devem constar nos equipamentos (CASSETTE 4 VIAS).

* Obs.2: Serão admitidos equipamentos com dimensões diferentes das apresentadas por este edital desde que observadas as demais características mínimas.

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias, contados do(a) emissão da ordem de fornecimento, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

Subcontratação

1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 47999864000122-0-000001/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 30/06/2025 atualizado em 28/04/2026;

III) Id do item no PCA: 154;

IV) Classe/Grupo:4130 – Componentes de equipamentos para refrigeração e ar-condicionado;

V) Identificador da Futura Contratação: 540106-149/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. Aquisição de itens com eficiência energética.

4.1.2. Conformidade com normas ambientais.

4.1.3. Maior vida útil.

4.1.4. Embalagens recicláveis.

4.1.5. A solução proposta apresenta impactos ambientais controláveis, estando alinhada a critérios de sustentabilidade, especialmente quanto à eficiência energética. A aquisição de sistema VRF contribui para a redução do consumo energético ao longo do tempo,

mitigando os impactos ambientais associados à climatização de ambientes institucionais

Especificações Técnicas:

- 4.2. Fornecimento de equipamentos novos, sem uso anterior;
- 4.3. Os equipamentos deverão ser de linha atual, sem descontinuidade anunciada;
- 4.4. Equipamentos a serem ofertados irão integrar um único sistema VRF, plenamente compatíveis entre si;
- 4.5. Deverá existir compatibilidade integral entre todos os equipamentos ofertados;
- 4.6. Todos os equipamentos devem ser compatíveis ao sistema VRF que será implantado na nova sede da CGE/SP;
- 4.7. Itens evaporadoras (CASSETE 4 VIAS) deverão possuir "controle remoto";
- 4.8. Atender às normas técnicas aplicáveis (ABNT, INMETRO ou equivalentes);
- 4.9. Todos os equipamentos ofertados deverão integrar um único sistema VRF, sendo totalmente compatíveis entre si, devendo operar de forma conjunta, sob um mesmo protocolo de comunicação e controle, conforme especificações do fabricante;
- 4.10. Os equipamentos deverão ser fabricados e projetados para operação conjunta em sistema VRF a ser implantado na nova sede da CGE-SP, de modo a garantir a interoperabilidade, a eficiência energética e a compatibilidade futura para instalação e funcionamento;
- 4.11. Todos os equipamentos ofertados deverão integrar um único sistema de climatização VRF, projetado para operação conjunta, sendo vedado o fornecimento de equipamentos que não sejam plenamente compatíveis entre si, sob o ponto de vista mecânico, elétrico e de controle.

Da exigência de catálogo(s)

- 4.12. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar, para cada item, deverá apresentar, após mensagem no sistema/chat pelo pregoeiro, catálogo dos produtos, na forma eletrônica/ digital ou link da internet com as especificações técnicas.
- 4.13. Os catálogos ou links deverão conter descrição detalhada, bem como imagens que possibilitem a verificação do atendimento às características de estrutura, material, acabamento e dimensões dos itens ofertados. .
- 4.14. Os itens poderão ser diligenciados mediante consulta ao catálogo do produto no sítio eletrônico do fabricante, a fim de verificar a sua conformidade com as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência.
- 4.15. No caso de não haver entrega do(s) catálogo(s) ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de catálogo(s) fora das especificações previstas, a proposta será recusada.
- 4.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 4.17. Se o(s) catálogo(s) apresentado(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceite(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação do(s) catálogo(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de um que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

Garantia da contratação

- 4.18. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.
- 4.19. No prazo de convocação para formalização da contratação, e anteriormente à celebração da contratação, o fornecedor deverá prestar garantia, podendo optar por uma das seguintes modalidades:
 - I - Caução em dinheiro. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor do Contratante no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado;
 - II - Caução em títulos da dívida pública. Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente;
 - III - Fiança bancária. Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil. Será admitida fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;
 - IV - Seguro-garantia. A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, o fornecedor vencedor poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria;
 - V - Título de capitalização. Serão admitidos apenas títulos de capitalização conforme a modalidade instrumento de garantia custeados por pagamento único, com resgate pelo valor total, emitidos com observância da legislação que rege a matéria.
- 4.19.1. A não prestação da garantia equivale à recusa injustificada de formalização da contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida e sujeitando o fornecedor vencedor às sanções previstas nas normas pertinentes.
- 4.20. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à garantia da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias úteis, contados do(a) emissão da ordem de fornecimento, em remessa única.
- 5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Barão de Tefé, 72 – Água Branca - São Paulo/SP.

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 5.3. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.3.1. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido na subdivisão acima, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.3.2. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação

de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto

18 de 21estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único)

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.13. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf. Prazo de pagamento

19 de 21

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança

equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado. Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.19.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO. Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será com entrega imediata. Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.9. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971; 8.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; 8.16. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.17. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra

20 de 21equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

8.18. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

8.19. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

8.20. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

8.20.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.20.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.20.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável.8.21. O atendimento dos índices econômicos previstos nesta seção deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.22. Comprovação de capacidade operacional para execução de fornecimento similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;8.22.1. Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):

8.22.1.1. Fornecimento de ao menos 20 (vinte) CONDENSADORAS;

8.22.1.2. Fornecimento de ao menos 90 (noventa) CASSETE 4 VIAS

8.22.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de fornecimento similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de fornecimentos executados de forma concomitante;

8.22.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

8.23. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

Outras comprovações

8.24. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº14.133, de 2021:

8.24.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.24.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.24.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.24.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.24.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.24.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.24.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Conteúdo Sigiloso

9.1. O valor estimado da contratação tem caráter sigiloso e não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 540106 - Subsecretaria de Gestão Corporativa;

II) Fonte de Recursos: 150.010.001;

III) Programa de Trabalho: 04.122.5400.6490.0000;

IV) Elemento de Despesa: 449052.

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

ANEXO I.1.
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Informações Básicas

Número do Processo: 009.00001181/2026-95

2. Descrição da necessidade

2.1. Aquisição de equipamentos de climatização (sistema VRF), será necessária em razão da adequação do prédio, que será a nova sede da Controladoria Geral do Estado.

2.2. Os equipamentos devem atender aos requisitos mínimos de desempenho exigidos pelas aplicações utilizadas.

2.3. A Administração Pública necessita garantir condições adequadas de conforto térmico nos ambientes institucionais, a fim de proporcionar condições eficientes de trabalho aos servidores, adequado atendimento ao público e preservação de equipamentos e bens patrimoniais sensíveis à variação térmica. Atualmente, verifica-se que as soluções existentes de climatização se mostram insuficientes ou inadequadas para atender de forma eficiente e contínua às demandas dos ambientes, seja em razão de limitações técnicas, de eficiência energética ou de dificuldades operacionais. Diante desse cenário, faz-se necessária a adoção de solução de climatização (sistema VRF), capaz de atender de maneira integrada aos diversos ambientes, assegurando estabilidade térmica, racionalização do consumo energético e melhoria das condições ambientais, alinhadas ao interesse público e às boas práticas de gestão.

2.4. Quantitativo de equipamentos foi estabelecido pela empresa que está readequando o Projeto Executivo do sistema de climatização VRF.

2.5. Segue, abaixo, a planilha dos quantitativos da contratação pretendida.

PLANILHA DE QUANTIDADES - CLIMATIZAÇÃO									
OS EQUIPAMENTOS OFERTADOS DEVERÃO ATENDER NO MÍNIMO AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS									
ANDAR	ÁREA	TIPO DO EVAPORADOR:	CAPACIDADE TÉRMICA (BTU/H):	CAPACIDADE TÉRMICA (HP):	VAZÃO DE INSUFLAMENTO (M³/H):	TENSÃO:	POTÊNCIA EVAP. (W)	TAMANHO:	QUANT.
18º PAVIMENTO	POLÍCIA MILITAR	CASSETTE 4 VIAS	24.000	2,50	1.080	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
18º PAVIMENTO	CHEFE CONS. JUR.	CASSETTE 4 VIAS	15.000	1,60	660	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
18º PAVIMENTO	ADM	CASSETTE 4 VIAS	42.000	4,30	1.980	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	1
18º PAVIMENTO	POLÍCIA CIVIL	CASSETTE 4 VIAS	18.000	2,00	672	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
18º PAVIMENTO	CHEFE ASS. TEC.	CASSETTE 4 VIAS	9.000	1,00	489	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
18º PAVIMENTO	CHDFE ASS. EXECUTIVO	CASSETTE 4 VIAS	9.000	1,00	489	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
18º PAVIMENTO	CHEFE GABINETE	CASSETTE 4 VIAS	9.000	1,00	489	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
18º PAVIMENTO	CONTROLADOR GERAL DO ESTADO	CASSETTE 4 VIAS	36.000	3,75	1.740	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	1
18º PAVIMENTO	SALA DE SITUAÇÃO	CASSETTE 4 VIAS	30.000	3,20	1.260	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
18º PAVIMENTO	CONTROLADOR EXECUTIVO	CASSETTE 4 VIAS	30.000	3,20	1.260	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
18º PAVIMENTO	RECEPÇÃO	CASSETTE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
18º PAVIMENTO	COPA	CASSETTE 4 VIAS	15.000	1,60	660	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
18º PAVIMENTO	DESCOMPRESSÃO	CASSETTE 4 VIAS	15.000	1,60	660	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1

18º PAVIMENTO	ALOJAMENTO PM	CASSETTE 4 VIAS	18.000	2,00	672	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
18º PAVIMENTO	EXTERNO	CONDENSADORA	65.900	10,00	-	220V/03F/Hz	500	1090 x 1625 x 380	3
ANDAR	ÁREA	TIPO DO EVAPORADOR:	CAPCIDADE TÉRMICA (BTU/H):	CAPCIDADE TÉRMICA (HP):	VAZÃO DE INSUFLAMENTO (M³/H):	TENSÃO:	POTÊNCIA EVAP. (W)	TAMANHO:	QUANT.
17º PAVIMENTO	ACESSÓRIA / SUBSECRETARIA DE COMBATE A CORRUPÇÃO	CASSETTE 4 VIAS	42.000	4,30	1.980	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	3
17º PAVIMENTO	OUIDORIA GERAL	CASSETTE 4 VIAS	42.000	4,30	1.980	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	2
17º PAVIMENTO	SUBSECRETÁRIO	CASSETTE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
17º PAVIMENTO	DIRETOR	CASSETTE 4 VIAS	9.000	1,00	489	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
17º PAVIMENTO	DIRETOR	CASSETTE 4 VIAS	9.000	1,00	489	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
17º PAVIMENTO	COPA	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
17º PAVIMENTO	DESCOMPRESSÃO	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
17º PAVIMENTO	DIRETOR	CASSETTE 4 VIAS	7.000	0,80	459	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
17º PAVIMENTO	DIRETOR	CASSETTE 4 VIAS	7.000	0,80	459	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
17º PAVIMENTO	SUBSECRETARIO	CASSETTE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
17º PAVIMENTO	EXTERNO	CONDENSADORA	65.900	10,00	-	220V/03F/Hz	500	1090 x 1625 x 380	3
ANDAR	ÁREA	TIPO DO EVAPORADOR:	CAPCIDADE TÉRMICA (BTU/H):	CAPCIDADE TÉRMICA (HP):	VAZÃO DE INSUFLAMENTO (M³/H):	TENSÃO:	POTÊNCIA EVAP. (W)	TAMANHO:	QUANT.
16º PAVIMENTO	DIRETOR	CASSETTE 4 VIAS	9.000	1,00	489	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
16º PAVIMENTO	DIRETOR	CASSETTE 4 VIAS	9.000	1,00	489	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
16º PAVIMENTO	DIRETOR	CASSETTE 4 VIAS	9.000	1,00	489	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
16º PAVIMENTO	COPA	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
16º PAVIMENTO	DESCOMPRESSÃO	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
16º PAVIMENTO	CPD	CASSETTE 4 VIAS	18.000	2,00	672	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
16º PAVIMENTO	ACESSORIA	CASSETTE 4 VIAS	9.000	1,00	489	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
16º PAVIMENTO	SUBSECRETÁRIO	CASSETTE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
16º PAVIMENTO	ADM 01	CASSETTE 4 VIAS	36.000	3,75	1.740	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	2
16º PAVIMENTO	ADM 02	CASSETTE 4 VIAS	42.000	4,30	1.980	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	2
16º PAVIMENTO	SALA DE REUNIÃO	CASSETTE 4 VIAS	18.000	2,00	672	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
16º PAVIMENTO	EXTERNO	CONDENSADORA	65.900	10,00	-	220V/03F/Hz	500	1090 x 1625 x 380	3
ANDAR	ÁREA	TIPO DO EVAPORADOR:	CAPCIDADE TÉRMICA (BTU/H):	CAPCIDADE TÉRMICA (HP):	VAZÃO DE INSUFLAMENTO (M³/H):	TENSÃO:	POTÊNCIA EVAP. (W)	TAMANHO:	QUANT.
15º PAVIMENTO	DIRETOR	CASSETTE 4 VIAS	9.000	1,00	489	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
15º PAVIMENTO	DIRETOR	CASSETTE 4 VIAS	9.000	1,00	489	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
15º PAVIMENTO	ACESSÓRIA	CASSETTE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
15º PAVIMENTO	COPA	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
15º PAVIMENTO	DESCOMPRESSÃO	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
15º PAVIMENTO	SUBSECRETÁRIO	CASSETTE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
15º PAVIMENTO	ADM 01	CASSETTE 4 VIAS	24.000	2,50	1.080	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	2

15º PAVIMENTO	ADM 02	CASSETTE 4 VIAS	48.000	5,00	2.040	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	1
15º PAVIMENTO	ADM 03	CASSETTE 4 VIAS	48.000	5,00	2.040	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	1
15º PAVIMENTO	EXTERNO	CONDENSADORA	65.900	10,00	-	220V/03F/Hz	500	1090 x 1625 x 380	3
ANDAR	ÁREA	TIPO DO EVAPORADOR:	CAPCIDADE TÉRMICA (BTU/H):	CAPCIDADE TÉRMICA (HP):	VAZÃO DE INSUFLAMENTO (M³/H):	TENSÃO:	POTÊNCIA EVAP. (W)	TAMANHO:	QUANT.
14º PAVIMENTO	AUDITORIA GERAL DO ESTADO 01 / ÁREAS INDIVIDUAIS	CASSETTE 4 VIAS	48.000	5,00	2.040	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	2
14º PAVIMENTO	DESCOMPRESSÃO	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
14º PAVIMENTO	AUDITORIA GERAL DO ESTADO 03	CASSETTE 4 VIAS	48.000	5,00	2.040	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	2
14º PAVIMENTO	COPA	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
14º PAVIMENTO	AUDITORIA GERAL DO ESTADO 02 ÁREAS INDIVIDUAIS	CASSETTE 4 VIAS	48.000	5,00	2.040	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	1
14º PAVIMENTO	EXTERNO	CONDENSADORA	65.900	10,00	-	220V/03F/Hz	500	1090 x 1625 x 380	3
ANDAR	ÁREA	TIPO DO EVAPORADOR:	CAPCIDADE TÉRMICA (BTU/H):	CAPCIDADE TÉRMICA (HP):	VAZÃO DE INSUFLAMENTO (M³/H):	TENSÃO:	POTÊNCIA EVAP. (W)	TAMANHO:	QUANT.
13º PAVIMENTO	DIRETOR	CASSETTE 4 VIAS	9.000	1,00	489	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
13º PAVIMENTO	DIRETOR	CASSETTE 4 VIAS	9.000	1,00	489	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
13º PAVIMENTO	SUBSECRETÁRIO	CASSETTE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
13º PAVIMENTO	COPA	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
13º PAVIMENTO	DESCOMPRESSÃO	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
13º PAVIMENTO	ACESSORIA	CASSETTE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
13º PAVIMENTO	SALA DE REUNIÃO	CASSETTE 4 VIAS	15.000	1,60	660	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
13º PAVIMENTO	ADM 01	CASSETTE 4 VIAS	36.000	3,75	1.740	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	2
13º PAVIMENTO	ADM 02	CASSETTE 4 VIAS	42.000	4,30	1.980	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	3
13º PAVIMENTO	EXTERNO	CONDENSADORA	65.900	10,00	-	220V/03F/Hz	500	1090 x 1625 x 380	3
ANDAR	ÁREA	TIPO DO EVAPORADOR:	CAPCIDADE TÉRMICA (BTU/H):	CAPCIDADE TÉRMICA (HP):	VAZÃO DE INSUFLAMENTO (M³/H):	TENSÃO:	POTÊNCIA EVAP. (W)	TAMANHO:	QUANT.
12º PAVIMENTO	DIRETOR	CASSETTE 4 VIAS	9.000	1,00	489	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
12º PAVIMENTO	DIRETOR	CASSETTE 4 VIAS	9.000	1,00	489	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
12º PAVIMENTO	DIRETOR	CASSETTE 4 VIAS	9.000	1,00	489	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
12º PAVIMENTO	SUBSECRETÁRIO	CASSETTE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
12º PAVIMENTO	COPA	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
12º PAVIMENTO	DESCOMPRESSÃO	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
12º PAVIMENTO	ACESSORIA	CASSETTE 4 VIAS	9.000	1,00	489	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
12º PAVIMENTO	ADM 01	CASSETTE 4 VIAS	36.000	3,75	1.740	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	2
12º PAVIMENTO	ADM 02	CASSETTE 4 VIAS	42.000	4,30	1.980	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	2
12º PAVIMENTO	SALA DE REUNIÃO	CASSETTE 4 VIAS	18.000	2,00	672	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
12º PAVIMENTO	EXTERNO	CONDENSADORA	65.900	10,00	-	220V/03F/Hz	500	1090 x 1625 x 380	3

ANDAR	ÁREA	TIPO DO EVAPORADOR:	CAPCIDADE TÉRMICA (BTU/H):	CAPCIDADE TÉRMICA (HP):	VAZÃO DE INSUFLAMENTO (M³/H):	TENSÃO:	POTÊNCIA EVAP. (W)	TAMANHO:	QUANT.
11º PAVIMENTO	OITIVAS 01	CASSETE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
11º PAVIMENTO	OITIVAS 02	CASSETE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
11º PAVIMENTO	OITIVAS 03	CASSETE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
11º PAVIMENTO	OITIVAS 04	CASSETE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
11º PAVIMENTO	OITIVAS 05	CASSETE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
11º PAVIMENTO	OITIVAS 06	CASSETE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
11º PAVIMENTO	OITIVAS 07	CASSETE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
11º PAVIMENTO	OITIVAS 08	CASSETE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
11º PAVIMENTO	SALA DE ACOLHIMENTO	CASSETE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
11º PAVIMENTO	RECEPÇÃO	CASSETE 4 VIAS	15.000	1,60	660	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
11º PAVIMENTO	SALA DE CONVENÇÃO	CASSETE 4 VIAS	48.000	5,00	2.040	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	2
11º PAVIMENTO	SALA DE APOIO	CASSETE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
11º PAVIMENTO	OITIVAS 09	CASSETE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
11º PAVIMENTO	OITIVAS 10	CASSETE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
11º PAVIMENTO	SALA DE REUNIÃO	CASSETE 4 VIAS	24.000	2,50	1.080	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
11º PAVIMENTO	SALA DE REUNIÃO	CASSETE 4 VIAS	24.000	2,50	1.080	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
11º PAVIMENTO	SALA DE REUNIÃO	CASSETE 4 VIAS	24.000	2,50	1.080	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
11º PAVIMENTO	EXTERNO	CONDENSADORA	65.900	10,00	-	220V/03F/Hz	500	1090 x 1625 x 380	4
ANDAR	ÁREA	TIPO DO EVAPORADOR:	CAPCIDADE TÉRMICA (BTU/H):	CAPCIDADE TÉRMICA (HP):	VAZÃO DE INSUFLAMENTO (M³/H):	TENSÃO:	POTÊNCIA EVAP. (W)	TAMANHO:	QUANT.
10º PAVIMENTO	OITIVAS 01	CASSETE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
10º PAVIMENTO	OITIVAS 02	CASSETE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
10º PAVIMENTO	OITIVAS 03	CASSETE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
10º PAVIMENTO	OITIVAS 04	CASSETE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
10º PAVIMENTO	OITIVAS 05	CASSETE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
10º PAVIMENTO	OITIVAS 06	CASSETE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
10º PAVIMENTO	OITIVAS 07	CASSETE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
10º PAVIMENTO	OITIVAS 08	CASSETE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
10º PAVIMENTO	SALA DE ACOLHIMENTO	CASSETE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
10º PAVIMENTO	RECEPÇÃO	CASSETE 4 VIAS	15.000	1,60	660	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
10º PAVIMENTO	SALA DE CONVENÇÃO	CASSETE 4 VIAS	48.000	5,00	2.040	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	2
10º PAVIMENTO	SALA DE APOIO	CASSETE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
10º PAVIMENTO	OITIVAS 09	CASSETE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
10º PAVIMENTO	OITIVAS 10	CASSETE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
10º PAVIMENTO	SALA DE REUNIÃO	CASSETE 4 VIAS	24.000	2,50	1.080	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
10º PAVIMENTO	SALA DE REUNIÃO	CASSETE 4 VIAS	24.000	2,50	1.080	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1

10º PAVIMENTO	SALA DE REUNIÃO	CASSETTE 4 VIAS	24.000	2,50	1.080	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
10º PAVIMENTO	EXTERNO	CONDENSADORA	65.900	10,00	-	220V/03F/Hz	500	1090 x 1625 x 380	4
ANDAR	ÁREA	TIPO DO EVAPORADOR:	CAPCIDADE TÉRMICA (BTU/H):	CAPCIDADE TÉRMICA (HP):	VAZÃO DE INSUFLAMENTO (M³/H):	TENSÃO:	POTÊNCIA EVAP. (W)	TAMANHO:	QUANT.
09º PAVIMENTO	CORREGEDOR GERAL DA POLÍCIA CIVIL	CASSETTE 4 VIAS	42.000	4,30	1.980	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	1
09º PAVIMENTO	ASSISTÊNCIA DELEGADOS	CASSETTE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
09º PAVIMENTO	RECEPÇÃO	CASSETTE 4 VIAS	15.000	1,60	660	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
09º PAVIMENTO	ASSISTÊNCIA POLICIAL	CASSETTE 4 VIAS	18.000	2,00	672	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
09º PAVIMENTO	DIRETOR CORREGEDORIA	CASSETTE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
09º PAVIMENTO	GALERIA DE QUADROS E HALL DE ENTRADA	CASSETTE 4 VIAS	18.000	2,00	672	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
09º PAVIMENTO	COPA	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
09º PAVIMENTO	DESCOMPRESSÃO	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
09º PAVIMENTO	SALA DE REUNIÃO	CASSETTE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
09º PAVIMENTO	CARTÓRIO CENTRAL / RECEPÇÃO	CASSETTE 4 VIAS	48.000	5,00	2.040	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	1
09º PAVIMENTO	EXTERNO	CONDENSADORA	65.900	10,00	-	220V/03F/Hz	500	1090 x 1625 x 380	3
ANDAR	ÁREA	TIPO DO EVAPORADOR:	CAPCIDADE TÉRMICA (BTU/H):	CAPCIDADE TÉRMICA (HP):	VAZÃO DE INSUFLAMENTO (M³/H):	TENSÃO:	POTÊNCIA EVAP. (W)	TAMANHO:	QUANT.
08º PAVIMENTO	UIP	CASSETTE 4 VIAS	30.000	3,20	1.260	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
08º PAVIMENTO	SALA PARA COMPUTADOR	CASSETTE 4 VIAS	7.000	0,80	459	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
08º PAVIMENTO	PESSOAL / PROTOCOLO	CASSETTE 4 VIAS	48.000	5,00	2.040	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	1
08º PAVIMENTO	DELEGADO ASSISTENTE / HALL DE ENTRADA	CASSETTE 4 VIAS	24.000	2,50	1.080	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
08º PAVIMENTO	DIVISIONÁRIO	CASSETTE 4 VIAS	30.000	3,20	1.260	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
08º PAVIMENTO	DESCOMPRESSÃO	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
08º PAVIMENTO	COPA	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
08º PAVIMENTO	CHEFIA INVESTIGADORES	CASSETTE 4 VIAS	18.000	2,00	672	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
08º PAVIMENTO	INVESTIGADORES / RECEPÇÃO	CASSETTE 4 VIAS	42.000	4,30	1.980	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	2
08º PAVIMENTO	ALMOXARIFADO TI	CASSETTE 4 VIAS	7.000	0,80	459	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
08º PAVIMENTO	TI	CASSETTE 4 VIAS	7.000	0,80	459	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
08º PAVIMENTO	EXTERNO	CONDENSADORA	65.900	10,00	-	220V/03F/Hz	500	1090 x 1625 x 380	3
ANDAR	ÁREA	TIPO DO EVAPORADOR:	CAPCIDADE TÉRMICA (BTU/H):	CAPCIDADE TÉRMICA (HP):	VAZÃO DE INSUFLAMENTO (M³/H):	TENSÃO:	POTÊNCIA EVAP. (W)	TAMANHO:	QUANT.
07º PAVIMENTO	CARTÓRIO INVESTIGADOR / ASSISTENCIA / RECEPÇÃO	CASSETTE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	4
07º PAVIMENTO	ESCRIVÃO CHEFE / RECEPÇÃO	CASSETTE 4 VIAS	36.000	3,75	1.740	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	2
07º PAVIMENTO	DIVISIONÁRIO	CASSETTE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
07º PAVIMENTO	COPA	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
07º PAVIMENTO	DESCOMPRESSÃO	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1

07º PAVIMENTO	EXTERNO	CONDENSADORA	65.900	10,00	-	220V/03F/Hz	500	1090 × 1625 × 380	3
ANDAR	ÁREA	TIPO DO EVAPORADOR:	CAPCIDADE TÉRMICA (BTU/H):	CAPCIDADE TÉRMICA (HP):	VAZÃO DE INSUFLAMENTO (M³/H):	TENSÃO:	POTÊNCIA EVAP. (W)	TAMANHO:	QUANT.
06º PAVIMENTO	DELEGADO / ESCRIVÃO / INVESTIGADOR / ASSISTÊNCIA	CASSETE 4 VIAS	30.000	3,20	1.260	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	2
06º PAVIMENTO	CPD	SERÁ REAPROVEITADO O EXISTENTE							
06º PAVIMENTO	11º CA	CASSETE 4 VIAS	48.000	5,00	2.040	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	1
06º PAVIMENTO	DELEGADO / ESSCRIVÃO / INVESTIGADOR	CASSETE 4 VIAS	36.000	3,75	1.740	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	2
06º PAVIMENTO	DIVISIONÁRIO	CASSETE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
06º PAVIMENTO	COPA	CASSETE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
06º PAVIMENTO	DESCOMPRESSÃO	CASSETE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
06º PAVIMENTO	EXTERNO	CONDENSADORA	65.900	10,00	-	220V/03F/Hz	500	1090 × 1625 × 380	3
ANDAR	ÁREA	TIPO DO EVAPORADOR:	CAPCIDADE TÉRMICA (BTU/H):	CAPCIDADE TÉRMICA (HP):	VAZÃO DE INSUFLAMENTO (M³/H):	TENSÃO:	POTÊNCIA EVAP. (W)	TAMANHO:	QUANT.
05º PAVIMENTO	CARTÓRIO	CASSETE 4 VIAS	42.000	4,30	1.980	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	2
05º PAVIMENTO	DIVISIONÁRIO	CASSETE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
05º PAVIMENTO	SALA DE REUNIÃO	CASSETE 4 VIAS	24.000	2,50	1.080	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
05º PAVIMENTO	CARTÓRIO	CASSETE 4 VIAS	18.000	2,00	672	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
05º PAVIMENTO	COPA	CASSETE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
05º PAVIMENTO	DESCOMPRESSÃO	CASSETE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
05º PAVIMENTO	DIVISIONÁRIO	CASSETE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
05º PAVIMENTO	DELEGADO / ESCRIVÃO / INVESTIGADOR	CASSETE 4 VIAS	36.000	3,75	1.740	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	2
05º PAVIMENTO	EXTERNO	CONDENSADORA	65.900	10,00	-	220V/03F/Hz	500	1090 × 1625 × 380	3
ANDAR	ÁREA	TIPO DO EVAPORADOR:	CAPCIDADE TÉRMICA (BTU/H):	CAPCIDADE TÉRMICA (HP):	VAZÃO DE INSUFLAMENTO (M³/H):	TENSÃO:	POTÊNCIA EVAP. (W)	TAMANHO:	QUANT.
04º PAVIMENTO	CARTÓRIO / RECEPÇÃO	CASSETE 4 VIAS	48.000	5,00	2.040	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	2
04º PAVIMENTO	DIVISIONÁRIO	CASSETE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
04º PAVIMENTO	RECEPÇÃO STAS	CASSETE 4 VIAS	15.000	1,60	660	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
04º PAVIMENTO	CONSULTORIO 01	CASSETE 4 VIAS	15.000	1,60	660	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
04º PAVIMENTO	CONSULTORIO 02	CASSETE 4 VIAS	15.000	1,60	660	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
04º PAVIMENTO	DELEGADO / ESCRIVÃO / INVESTIGADOR	CASSETE 4 VIAS	36.000	3,75	1.740	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	2
04º PAVIMENTO	COPA	CASSETE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
04º PAVIMENTO	DESCOMPRESSÃO	CASSETE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
04º PAVIMENTO	EXTERNO	CONDENSADORA	65.900	10,00	-	220V/03F/Hz	500	1090 × 1625 × 380	3
ANDAR	ÁREA	TIPO DO EVAPORADOR:	CAPCIDADE TÉRMICA (BTU/H):	CAPCIDADE TÉRMICA (HP):	VAZÃO DE INSUFLAMENTO (M³/H):	TENSÃO:	POTÊNCIA EVAP. (W)	TAMANHO:	QUANT.
03º PAVIMENTO	CARTÓRIO	CASSETE 4 VIAS	42.000	4,30	1.980	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	2

03º PAVIMENTO	RECEPÇÃO / DELEGADO ASSISTENTE	CASSETTE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
03º PAVIMENTO	DIVISIONÁRIO	CASSETTE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
03º PAVIMENTO	RECEPÇÃO	CASSETTE 4 VIAS	18.000	2,00	672	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
03º PAVIMENTO	COPA	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
03º PAVIMENTO	DESCOMPRESSÃO	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
03º PAVIMENTO	DIVISIONÁRIO	CASSETTE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
03º PAVIMENTO	CARTÓRIO	CASSETTE 4 VIAS	36.000	3,75	1.740	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	2
03º PAVIMENTO	EXTERNO	CONDENSADORA	65.900	10,00	-	220V/03F/Hz	500	1090 x 1625 x 380	3

3. Área requisitante: Coordenadoria de Infraestrutura e Suprimentos

Área Requisitante Responsável: Natalino Bispo dos Santos

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Aquisição de sistema de climatização do tipo VRF (VARIABLE REFRIGERANT FLOW), composto por inúmeros componentes, integrados e compatíveis entre si, destinados à futura instalação em conjunto, ou seja, todos os equipamentos ofertados na contratação deverão integrar um único sistema VRF, sendo totalmente compatíveis entre si, devendo operar de forma conjunta, sob um mesmo protocolo de comunicação e controle, conforme especificação do fabricante.

4.2. Os equipamentos deverão ser fabricados e projetados para operação conjunta em sistema VRF, de modo a garantir a interoperabilidade, a eficiência energética e a compatibilidade futura para instalação e funcionamento.

4.3. Todos os equipamentos, objeto da licitação, irão compor um único sistema VRF.

5. Levantamento de Mercado

5.1. No levantamento de mercado foram analisadas as alternativas possíveis, com o intuito de escolher a melhor solução para suprir as necessidades aqui

apresentadas. Considerando os princípios da eficiência e da economicidade e zelando pela boa alocação dos recursos públicos, para alcançar a alternativa

mais vantajosa para o interesse público.

5.2. As 03 (três) principais alternativas foram: locação e manutenção de aparelhos de ar-condicionado, aquisição de ar-condicionado split e sistema de climatização do tipo VRF.

5.2.1. Locação e manutenção de aparelhos de ar-condicionado

Após pesquisa de preços foi constatado que não seria uma alternativa vantajosa à Administração, pois os valores, após pesquisa de mercado se apresentaram elevados.

5.2.2. Aquisição de ar-condicionado split

Menor custo inicial, porém baixa eficiência, grande número de unidades externas, manutenção mais frequente e ausência de controle integrado.

5.2.3. Sistema de Climatização do tipo VRF

Alternativa VRF apresenta o melhor equilíbrio entre desempenho técnico, custo global, facilidade de implantação e manutenção, sendo a solução mais adequada ao porte do prédio, às características do edifício e às exigências de eficiência energética. O sistema de climatização VRF embora eficiente, apresenta custo maior e dependência de marca porém os sistemas split não atendem ao nível de controle e eficiência necessários.

Dessa forma, o sistema de climatização VRF foi a escolha da Administração, pois é econômico visto que ajusta o consumo de energia conforme a demanda real dos ambientes, reduzindo desperdícios e custos operacionais ao longo da sua utilização.

6. Descrição da solução como um todo

A solução adotada para atendimento da necessidade identificada consiste na aquisição de equipamentos que serão utilizados num sistema de climatização do tipo VRF (Variable Refrigerant Flow), concebido para operar de forma integrada, atendendo simultaneamente a múltiplos ambientes, com controle individualizado e eficiência energética. A contratação abrangerá exclusivamente o fornecimento dos equipamentos que compõem o sistema, tais como tipo de evaporador, tipo de ventilador e demais componentes essenciais, todos compatíveis entre si e integrantes de um único sistema, sem a inclusão de serviços de instalação, os quais serão objeto de contratação futura específica. A solução proposta permite que a Administração disponha, de forma antecipada e planejada, dos equipamentos necessários à implantação do sistema de climatização, preservando a integridade funcional do conjunto e possibilitando a posterior execução da instalação de maneira adequada às etapas de adequação da infraestrutura predial.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

PLANILHA DE QUANTIDADES - CLIMATIZAÇÃO									
OS EQUIPAMENTOS OFERTADOS DEVERÃO ATENDER NO MÍNIMO AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS									
ANDAR	ÁREA	TIPO DO EVAPORADOR:	CAPACIDADE TÉRMICA (BTU/H):	CAPACIDADE TÉRMICA (HP):	VAZÃO DE INSUFLAMENTO (M³/H):	TENSÃO:	POTÊNCIA EVAP. (W)	TAMANHO:	QUANT.
18º PAVIMENTO	POLÍCIA MILITAR	CASSETTE 4 VIAS	24.000	2,50	1.080	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
18º PAVIMENTO	CHEFE CONS. JUR.	CASSETTE 4 VIAS	15.000	1,60	660	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
18º PAVIMENTO	ADM	CASSETTE 4 VIAS	42.000	4,30	1.980	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	1

18º PAVIMENTO	POLÍCIA CIVIL	CASSETTE 4 VIAS	18.000	2,00	672	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
18º PAVIMENTO	CHEFE ASS. TEC.	CASSETTE 4 VIAS	9.000	1,00	489	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
18º PAVIMENTO	CHDFE ASS. EXECUTIVO	CASSETTE 4 VIAS	9.000	1,00	489	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
18º PAVIMENTO	CHEFE GABINETE	CASSETTE 4 VIAS	9.000	1,00	489	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
18º PAVIMENTO	CONTROLADOR GERAL DO ESTADO	CASSETTE 4 VIAS	36.000	3,75	1.740	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	1
18º PAVIMENTO	SALA DE SITUAÇÃO	CASSETTE 4 VIAS	30.000	3,20	1.260	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
18º PAVIMENTO	CONTROLADOR EXECUTIVO	CASSETTE 4 VIAS	30.000	3,20	1.260	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
18º PAVIMENTO	RECEPÇÃO	CASSETTE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
18º PAVIMENTO	COPA	CASSETTE 4 VIAS	15.000	1,60	660	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
18º PAVIMENTO	DESCOMPRESSÃO	CASSETTE 4 VIAS	15.000	1,60	660	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
18º PAVIMENTO	ALOJAMENTO PM	CASSETTE 4 VIAS	18.000	2,00	672	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
18º PAVIMENTO	EXTERNO	CONDENSADORA	65.900	10,00	-	220V/03F/Hz	500	1090 x 1625 x 380	3
ANDAR	ÁREA	TIPO DO EVAPORADOR:	CAPCIDADE TÉRMICA (BTU/H):	CAPCIDADE TÉRMICA (HP):	VAZÃO DE INSUFLAMENTO (M³/H):	TENSÃO:	POTÊNCIA EVAP. (W)	TAMANHO:	QUANT.
17º PAVIMENTO	ACESSÓRIA / SUBSECRETARIA DE COMBATE A CORRUPÇÃO	CASSETTE 4 VIAS	42.000	4,30	1.980	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	3
17º PAVIMENTO	OUVIDORIA GERAL	CASSETTE 4 VIAS	42.000	4,30	1.980	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	2
17º PAVIMENTO	SUBSECRETÁRIO	CASSETTE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
17º PAVIMENTO	DIRETOR	CASSETTE 4 VIAS	9.000	1,00	489	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
17º PAVIMENTO	DIRETOR	CASSETTE 4 VIAS	9.000	1,00	489	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
17º PAVIMENTO	COPA	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
17º PAVIMENTO	DESCOMPRESSÃO	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
17º PAVIMENTO	DIRETOR	CASSETTE 4 VIAS	7.000	0,80	459	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
17º PAVIMENTO	DIRETOR	CASSETTE 4 VIAS	7.000	0,80	459	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
17º PAVIMENTO	SUBSECRETARIO	CASSETTE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
17º PAVIMENTO	EXTERNO	CONDENSADORA	65.900	10,00	-	220V/03F/Hz	500	1090 x 1625 x 380	3
ANDAR	ÁREA	TIPO DO EVAPORADOR:	CAPCIDADE TÉRMICA (BTU/H):	CAPCIDADE TÉRMICA (HP):	VAZÃO DE INSUFLAMENTO (M³/H):	TENSÃO:	POTÊNCIA EVAP. (W)	TAMANHO:	QUANT.
16º PAVIMENTO	DIRETOR	CASSETTE 4 VIAS	9.000	1,00	489	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
16º PAVIMENTO	DIRETOR	CASSETTE 4 VIAS	9.000	1,00	489	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
16º PAVIMENTO	DIRETOR	CASSETTE 4 VIAS	9.000	1,00	489	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
16º PAVIMENTO	COPA	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
16º PAVIMENTO	DESCOMPRESSÃO	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
16º PAVIMENTO	CPD	CASSETTE 4 VIAS	18.000	2,00	672	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
16º PAVIMENTO	ACESSORIA	CASSETTE 4 VIAS	9.000	1,00	489	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
16º PAVIMENTO	SUBSECRETÁRIO	CASSETTE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
16º PAVIMENTO	ADM 01	CASSETTE 4 VIAS	36.000	3,75	1.740	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	2

16º PAVIMENTO	ADM 02	CASSETE 4 VIAS	42.000	4,30	1.980	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	2
16º PAVIMENTO	SALA DE REUNIÃO	CASSETE 4 VIAS	18.000	2,00	672	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
16º PAVIMENTO	EXTERNO	CONDENSADORA	65.900	10,00	-	220V/03F/Hz	500	1090 x 1625 x 380	3
ANDAR	ÁREA	TIPO DO EVAPORADOR:	CAPCIDADE TÉRMICA (BTU/H):	CAPCIDADE TÉRMICA (HP):	VAZÃO DE INSUFLAMENTO (M³/H):	TENSÃO:	POTÊNCIA EVAP. (W)	TAMANHO:	QUANT.
15º PAVIMENTO	DIRETOR	CASSETE 4 VIAS	9.000	1,00	489	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
15º PAVIMENTO	DIRETOR	CASSETE 4 VIAS	9.000	1,00	489	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
15º PAVIMENTO	ACESSÓRIA	CASSETE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
15º PAVIMENTO	COPA	CASSETE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
15º PAVIMENTO	DESCOMPRESSÃO	CASSETE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
15º PAVIMENTO	SUBSECRETÁRIO	CASSETE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
15º PAVIMENTO	ADM 01	CASSETE 4 VIAS	24.000	2,50	1.080	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	2
15º PAVIMENTO	ADM 02	CASSETE 4 VIAS	48.000	5,00	2.040	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	1
15º PAVIMENTO	ADM 03	CASSETE 4 VIAS	48.000	5,00	2.040	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	1
15º PAVIMENTO	EXTERNO	CONDENSADORA	65.900	10,00	-	220V/03F/Hz	500	1090 x 1625 x 380	3
ANDAR	ÁREA	TIPO DO EVAPORADOR:	CAPCIDADE TÉRMICA (BTU/H):	CAPCIDADE TÉRMICA (HP):	VAZÃO DE INSUFLAMENTO (M³/H):	TENSÃO:	POTÊNCIA EVAP. (W)	TAMANHO:	QUANT.
14º PAVIMENTO	AUDITORIA GERAL DO ESTADO 01 / ÁREAS INDIVIDUAIS	CASSETE 4 VIAS	48.000	5,00	2.040	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	2
14º PAVIMENTO	DESCOMPRESSÃO	CASSETE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
14º PAVIMENTO	AUDITORIA GERAL DO ESTADO 03	CASSETE 4 VIAS	48.000	5,00	2.040	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	2
14º PAVIMENTO	COPA	CASSETE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
14º PAVIMENTO	AUDITORIA GERAL DO ESTADO 02 ÁREAS INDIVIDUAIS	CASSETE 4 VIAS	48.000	5,00	2.040	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	1
14º PAVIMENTO	EXTERNO	CONDENSADORA	65.900	10,00	-	220V/03F/Hz	500	1090 x 1625 x 380	3
ANDAR	ÁREA	TIPO DO EVAPORADOR:	CAPCIDADE TÉRMICA (BTU/H):	CAPCIDADE TÉRMICA (HP):	VAZÃO DE INSUFLAMENTO (M³/H):	TENSÃO:	POTÊNCIA EVAP. (W)	TAMANHO:	QUANT.
13º PAVIMENTO	DIRETOR	CASSETE 4 VIAS	9.000	1,00	489	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
13º PAVIMENTO	DIRETOR	CASSETE 4 VIAS	9.000	1,00	489	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
13º PAVIMENTO	SUBSECRETÁRIO	CASSETE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
13º PAVIMENTO	COPA	CASSETE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
13º PAVIMENTO	DESCOMPRESSÃO	CASSETE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
13º PAVIMENTO	ACESSORIA	CASSETE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
13º PAVIMENTO	SALA DE REUNIÃO	CASSETE 4 VIAS	15.000	1,60	660	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
13º PAVIMENTO	ADM 01	CASSETE 4 VIAS	36.000	3,75	1.740	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	2
13º PAVIMENTO	ADM 02	CASSETE 4 VIAS	42.000	4,30	1.980	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	3
13º PAVIMENTO	EXTERNO	CONDENSADORA	65.900	10,00	-	220V/03F/Hz	500	1090 x 1625 x 380	3
ANDAR	ÁREA	TIPO DO EVAPORADOR:	CAPCIDADE TÉRMICA (BTU/H):	CAPCIDADE TÉRMICA (HP):	VAZÃO DE INSUFLAMENTO (M³/H):	TENSÃO:	POTÊNCIA EVAP. (W)	TAMANHO:	QUANT.

12º PAVIMENTO	DIRETOR	CASSETTE 4 VIAS	9.000	1,00	489	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
12º PAVIMENTO	DIRETOR	CASSETTE 4 VIAS	9.000	1,00	489	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
12º PAVIMENTO	DIRETOR	CASSETTE 4 VIAS	9.000	1,00	489	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
12º PAVIMENTO	SUBSECRETÁRIO	CASSETTE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
12º PAVIMENTO	COPA	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
12º PAVIMENTO	DESCOMPRESSÃO	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
12º PAVIMENTO	ACESSORIA	CASSETTE 4 VIAS	9.000	1,00	489	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
12º PAVIMENTO	ADM 01	CASSETTE 4 VIAS	36.000	3,75	1.740	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	2
12º PAVIMENTO	ADM 02	CASSETTE 4 VIAS	42.000	4,30	1.980	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	2
12º PAVIMENTO	SALA DE REUNIÃO	CASSETTE 4 VIAS	18.000	2,00	672	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
12º PAVIMENTO	EXTERNO	CONDENSADORA	65.900	10,00	-	220V/03F/Hz	500	1090 x 1625 x 380	3
ANDAR	ÁREA	TIPO DO EVAPORADOR:	CAPCIDADE TÉRMICA (BTU/H):	CAPCIDADE TÉRMICA (HP):	VAZÃO DE INSUFLAMENTO (M³/H):	TENSÃO:	POTÊNCIA EVAP. (W)	TAMANHO:	QUANT.
11º PAVIMENTO	OITIVAS 01	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
11º PAVIMENTO	OITIVAS 02	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
11º PAVIMENTO	OITIVAS 03	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
11º PAVIMENTO	OITIVAS 04	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
11º PAVIMENTO	OITIVAS 05	CASSETTE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
11º PAVIMENTO	OITIVAS 06	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
11º PAVIMENTO	OITIVAS 07	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
11º PAVIMENTO	OITIVAS 08	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
11º PAVIMENTO	SALA DE ACOLHIMENTO	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
11º PAVIMENTO	RECEPÇÃO	CASSETTE 4 VIAS	15.000	1,60	660	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
11º PAVIMENTO	SALA DE CONVENÇÃO	CASSETTE 4 VIAS	48.000	5,00	2.040	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	2
11º PAVIMENTO	SALA DE APOIO	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
11º PAVIMENTO	OITIVAS 09	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
11º PAVIMENTO	OITIVAS 10	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
11º PAVIMENTO	SALA DE REUNIÃO	CASSETTE 4 VIAS	24.000	2,50	1.080	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
11º PAVIMENTO	SALA DE REUNIÃO	CASSETTE 4 VIAS	24.000	2,50	1.080	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
11º PAVIMENTO	SALA DE REUNIÃO	CASSETTE 4 VIAS	24.000	2,50	1.080	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
11º PAVIMENTO	EXTERNO	CONDENSADORA	65.900	10,00	-	220V/03F/Hz	500	1090 x 1625 x 380	4
ANDAR	ÁREA	TIPO DO EVAPORADOR:	CAPCIDADE TÉRMICA (BTU/H):	CAPCIDADE TÉRMICA (HP):	VAZÃO DE INSUFLAMENTO (M³/H):	TENSÃO:	POTÊNCIA EVAP. (W)	TAMANHO:	QUANT.
10º PAVIMENTO	OITIVAS 01	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
10º PAVIMENTO	OITIVAS 02	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
10º PAVIMENTO	OITIVAS 03	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
10º PAVIMENTO	OITIVAS 04	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
10º PAVIMENTO	OITIVAS 05	CASSETTE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1

10º PAVIMENTO	OITIVAS 06	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
10º PAVIMENTO	OITIVAS 07	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
10º PAVIMENTO	OITIVAS 08	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
10º PAVIMENTO	SALA DE ACOLHIMENTO	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
10º PAVIMENTO	RECEPÇÃO	CASSETTE 4 VIAS	15.000	1,60	660	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
10º PAVIMENTO	SALA DE CONVENÇÃO	CASSETTE 4 VIAS	48.000	5,00	2.040	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	2
10º PAVIMENTO	SALA DE APOIO	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
10º PAVIMENTO	OITIVAS 09	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
10º PAVIMENTO	OITIVAS 10	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
10º PAVIMENTO	SALA DE REUNIÃO	CASSETTE 4 VIAS	24.000	2,50	1.080	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
10º PAVIMENTO	SALA DE REUNIÃO	CASSETTE 4 VIAS	24.000	2,50	1.080	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
10º PAVIMENTO	SALA DE REUNIÃO	CASSETTE 4 VIAS	24.000	2,50	1.080	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
10º PAVIMENTO	EXTERNO	CONDENSADORA	65.900	10,00	-	220V/03F/Hz	500	1090 x 1625 x 380	4
ANDAR	ÁREA	TIPO DO EVAPORADOR:	CAPCIDADE TÉRMICA (BTU/H):	CAPCIDADE TÉRMICA (HP):	VAZÃO DE INSUFLAMENTO (M³/H):	TENSÃO:	POTÊNCIA EVAP. (W)	TAMANHO:	QUANT.
09º PAVIMENTO	CORREGEDOR GERAL DA POLÍCIA CIVIL	CASSETTE 4 VIAS	42.000	4,30	1.980	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	1
09º PAVIMENTO	ASSISTÊNCIA DELEGADOS	CASSETTE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
09º PAVIMENTO	RECEPÇÃO	CASSETTE 4 VIAS	15.000	1,60	660	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
09º PAVIMENTO	ASSISTÊNCIA POLICIAL	CASSETTE 4 VIAS	18.000	2,00	672	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
09º PAVIMENTO	DIRETOR CORREGEDORIA	CASSETTE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
09º PAVIMENTO	GALERIA DE QUADROS E HALL DE ENTRADA	CASSETTE 4 VIAS	18.000	2,00	672	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
09º PAVIMENTO	COPA	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
09º PAVIMENTO	DESCOMPRESSÃO	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
09º PAVIMENTO	SALA DE REUNIÃO	CASSETTE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
09º PAVIMENTO	CARTÓRIO CENTRAL / RECEPÇÃO	CASSETTE 4 VIAS	48.000	5,00	2.040	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	1
09º PAVIMENTO	EXTERNO	CONDENSADORA	65.900	10,00	-	220V/03F/Hz	500	1090 x 1625 x 380	3
ANDAR	ÁREA	TIPO DO EVAPORADOR:	CAPCIDADE TÉRMICA (BTU/H):	CAPCIDADE TÉRMICA (HP):	VAZÃO DE INSUFLAMENTO (M³/H):	TENSÃO:	POTÊNCIA EVAP. (W)	TAMANHO:	QUANT.
08º PAVIMENTO	UIP	CASSETTE 4 VIAS	30.000	3,20	1.260	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
08º PAVIMENTO	SALA PARA COMPUTADOR	CASSETTE 4 VIAS	7.000	0,80	459	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
08º PAVIMENTO	PESSOAL / PROTOCOLO	CASSETTE 4 VIAS	48.000	5,00	2.040	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	1
08º PAVIMENTO	DELEGADO ASSISTENTE / HALL DE ENTRADA	CASSETTE 4 VIAS	24.000	2,50	1.080	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
08º PAVIMENTO	DIVISIONÁRIO	CASSETTE 4 VIAS	30.000	3,20	1.260	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
08º PAVIMENTO	DESCOMPRESSÃO	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
08º PAVIMENTO	COPA	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
08º PAVIMENTO	CHEFIA INVESTIGADORES	CASSETTE 4 VIAS	18.000	2,00	672	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1

08º PAVIMENTO	INVESTIGADORES / RECEPÇÃO	CASSETTE 4 VIAS	42.000	4,30	1.980	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	2
08º PAVIMENTO	ALMOXARIFADO TI	CASSETTE 4 VIAS	7.000	0,80	459	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
08º PAVIMENTO	TI	CASSETTE 4 VIAS	7.000	0,80	459	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
08º PAVIMENTO	EXTERNO	CONDENSADORA	65.900	10,00	-	220V/03F/Hz	500	1090 x 1625 x 380	3
ANDAR	ÁREA	TIPO DO EVAPORADOR:	CAPCIDADE TÉRMICA (BTU/H):	CAPCIDADE TÉRMICA (HP):	VAZÃO DE INSUFLAMENTO (M³/H):	TENSÃO:	POTÊNCIA EVAP. (W)	TAMANHO:	QUANT.
07º PAVIMENTO	CARTÓRIO INVESTIGADOR / ASSISTENCIA / RECEPÇÃO	CASSETTE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	4
07º PAVIMENTO	ESCRIVÃO CHEFE / RECEPÇÃO	CASSETTE 4 VIAS	36.000	3,75	1.740	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	2
07º PAVIMENTO	DIVISIONÁRIO	CASSETTE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
07º PAVIMENTO	COPA	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
07º PAVIMENTO	DESCOMPRESSÃO	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
07º PAVIMENTO	EXTERNO	CONDENSADORA	65.900	10,00	-	220V/03F/Hz	500	1090 x 1625 x 380	3
ANDAR	ÁREA	TIPO DO EVAPORADOR:	CAPCIDADE TÉRMICA (BTU/H):	CAPCIDADE TÉRMICA (HP):	VAZÃO DE INSUFLAMENTO (M³/H):	TENSÃO:	POTÊNCIA EVAP. (W)	TAMANHO:	QUANT.
06º PAVIMENTO	DELEGADO / ESCRIVÃO / INVESTIGADOR / ASSSITÊNCIA	CASSETTE 4 VIAS	30.000	3,20	1.260	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	2
06º PAVIMENTO	CPD	SERÁ REAPROVEITADO O EXISTENTE							
06º PAVIMENTO	11º CA	CASSETTE 4 VIAS	48.000	5,00	2.040	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	1
06º PAVIMENTO	DELEGADO / ESSCRIVÃO / INVESTIGADOR	CASSETTE 4 VIAS	36.000	3,75	1.740	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	2
06º PAVIMENTO	DIVISIONÁRIO	CASSETTE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
06º PAVIMENTO	COPA	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
06º PAVIMENTO	DESCOMPRESSÃO	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
06º PAVIMENTO	EXTERNO	CONDENSADORA	65.900	10,00	-	220V/03F/Hz	500	1090 x 1625 x 380	3
ANDAR	ÁREA	TIPO DO EVAPORADOR:	CAPCIDADE TÉRMICA (BTU/H):	CAPCIDADE TÉRMICA (HP):	VAZÃO DE INSUFLAMENTO (M³/H):	TENSÃO:	POTÊNCIA EVAP. (W)	TAMANHO:	QUANT.
05º PAVIMENTO	CARTÓRIO	CASSETTE 4 VIAS	42.000	4,30	1.980	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	2
05º PAVIMENTO	DIVISIONÁRIO	CASSETTE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
05º PAVIMENTO	SALA DE REUNIÃO	CASSETTE 4 VIAS	24.000	2,50	1.080	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
05º PAVIMENTO	CARTÓRIO	CASSETTE 4 VIAS	18.000	2,00	672	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
05º PAVIMENTO	COPA	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
05º PAVIMENTO	DESCOMPRESSÃO	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
05º PAVIMENTO	DIVISIONÁRIO	CASSETTE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
05º PAVIMENTO	DELEGADO / ESCRIVÃO / INVESTIGADOR	CASSETTE 4 VIAS	36.000	3,75	1.740	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	2
05º PAVIMENTO	EXTERNO	CONDENSADORA	65.900	10,00	-	220V/03F/Hz	500	1090 x 1625 x 380	3
ANDAR	ÁREA	TIPO DO EVAPORADOR:	CAPCIDADE TÉRMICA (BTU/H):	CAPCIDADE TÉRMICA (HP):	VAZÃO DE INSUFLAMENTO (M³/H):	TENSÃO:	POTÊNCIA EVAP. (W)	TAMANHO:	QUANT.
04º PAVIMENTO	CARTÓRIO / RECEPÇÃO	CASSETTE 4 VIAS	48.000	5,00	2.040	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	2

04º PAVIMENTO	DIVISIONÁRIO	CASSETTE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
04º PAVIMENTO	RECEPÇÃO STAS	CASSETTE 4 VIAS	15.000	1,60	660	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
04º PAVIMENTO	CONSULTORIO 01	CASSETTE 4 VIAS	15.000	1,60	660	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
04º PAVIMENTO	CONSULTORIO 02	CASSETTE 4 VIAS	15.000	1,60	660	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
04º PAVIMENTO	DELEGADO / ESCRIVÃO / INVESTIGADOR	CASSETTE 4 VIAS	36.000	3,75	1.740	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	2
04º PAVIMENTO	COPA	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
04º PAVIMENTO	DESCOMPRESSÃO	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
04º PAVIMENTO	EXTERNO	CONDENSADORA	65.900	10,00	-	220V/03F/Hz	500	1090 x 1625 x 380	3
ANDAR	ÁREA	TIPO DO EVAPORADOR:	CAPACIDADE TÉRMICA (BTU/H):	CAPACIDADE TÉRMICA (HP):	VAZÃO DE INSUFLAMENTO (M³/H):	TENSÃO:	POTÊNCIA EVAP. (W)	TAMANHO:	QUANT.
03º PAVIMENTO	CARTÓRIO	CASSETTE 4 VIAS	42.000	4,30	1.980	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	2
03º PAVIMENTO	RECEPÇÃO / DELEGADO ASSISTENTE	CASSETTE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
03º PAVIMENTO	DIVISIONÁRIO	CASSETTE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
03º PAVIMENTO	RECEPÇÃO	CASSETTE 4 VIAS	18.000	2,00	672	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
03º PAVIMENTO	COPA	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
03º PAVIMENTO	DESCOMPRESSÃO	CASSETTE 4 VIAS	12.000	1,25	522	220V/01F/Hz	43	570 x 256 x 570	1
03º PAVIMENTO	DIVISIONÁRIO	CASSETTE 4 VIAS	28.000	3,00	1.140	220V/01F/Hz	51	950 x 350 x 950	1
03º PAVIMENTO	CARTÓRIO	CASSETTE 4 VIAS	36.000	3,75	1.740	220V/01F/Hz	135	950 x 350 x 950	2
03º PAVIMENTO	EXTERNO	CONDENSADORA	65.900	10,00	-	220V/03F/Hz	500	1090 x 1625 x 380	3

8. Estimativa do Valor da Contratação

Conteúdo Sigiloso | Justificativa:

8.1. O valor estimado da contratação tem caráter sigiloso e não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Considerando as características técnicas do sistema de climatização do tipo VRF, verifica-se que os equipamentos operam de forma integrada e interdependente, utilizando protocolos próprios de comunicação e controle, o que exige plena compatibilidade entre todos os componentes do sistema.

O parcelamento do objeto, seja por itens ou por grupos distintos, comprometeria a funcionalidade do sistema, inviabilizando sua futura instalação e operação, além de gerar riscos de incompatibilidade técnica, perda de eficiência energética e prejuízos ao interesse público.

Diante disso, conclui-se que a contratação em grupo único é a alternativa tecnicamente adequada e juridicamente necessária, não configurando restrição indevida à competitividade, mas sim medida indispensável para assegurar a integridade e o desempenho do objeto contratado.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Presente contratação guarda relação com o processo de readequação do projeto executivo de climatização.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação está prevista no Plano de Contratações Anual de 2026.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A aquisição do sistema de climatização VRF, conforme delineado neste Estudo Técnico Preliminar, permitirá à Administração alcançar diversos benefícios institucionais, técnicos e econômicos.

Do ponto de vista funcional, a solução possibilitará a melhoria das condições de conforto térmico nos ambientes institucionais, contribuindo para a adequada execução das atividades administrativas, bem como para a preservação de equipamentos e documentos sensíveis às variações de temperatura. Sob o aspecto técnico, a contratação viabilizará a obtenção de equipamentos integrados e

compatíveis entre si, concebidos para operar de forma conjunta em sistema único, reduzindo riscos de incompatibilidade e assegurando maior confiabilidade para a futura instalação.

No campo econômico e administrativo, a adoção dessa solução permitirá maior eficiência energética, racionalização do consumo de energia elétrica e planejamento adequado das etapas de implementação, promovendo maior controle dos custos ao longo do ciclo de vida do sistema e observância aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento previstos na legislação aplicável.

13. Providências a serem adotadas

13.1. Assegurar que a contratação tratada nesse ETP atenda a todas as premissas necessárias para a sua celebração, isso inclui garantir a observância à previsão orçamentária, pesquisa de mercado e cotações para formação de preços, a indicação e capacitação dos gestores envolvidos, bem como o engajamento das áreas demandantes.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Aquisição de itens com eficiência energética.

Conformidade com normas ambientais.

Maior vida útil.

Embalagens recicláveis ou reduzidas.

A solução proposta apresenta impactos ambientais controláveis, estando alinhada a critérios de sustentabilidade, especialmente quanto à eficiência energética. A aquisição de sistema VRF contribui para a redução do consumo energético ao longo do tempo, mitigando os impactos ambientais associados à climatização de ambientes institucionais.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

À luz das análises desenvolvidas no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação pretendida se revela plenamente viável sob os aspectos técnico, econômico e jurídico, atendendo de forma adequada ao interesse público e aos princípios que regem as contratações públicas.

A necessidade administrativa foi devidamente caracterizada, demonstrando-se a importância da implantação de solução adequada de climatização para os ambientes institucionais, com vistas à melhoria das condições de trabalho, ao atendimento eficiente das atividades administrativas e à preservação de equipamentos e bens sensíveis às variações térmicas.

A solução adotada, consistente na aquisição de sistema de climatização do tipo VRF, foi objeto de análise comparativa com outras alternativas disponíveis no mercado, tendo se mostrado técnica e funcionalmente mais adequada às características dos ambientes a serem atendidos. Destacou-se, nesse contexto, a natureza integrada do sistema, a eficiência energética e a flexibilidade operacional inerentes a essa tecnologia.

A opção pela contratação exclusiva dos equipamentos, sem a inclusão dos serviços de instalação, mostrou-se compatível com o planejamento administrativo e orçamentário da Administração, considerando-se as etapas de adequação da infraestrutura física e a previsão de contratação futura específica para a instalação. Tal estratégia não compromete a funcionalidade do sistema, tampouco caracteriza fracionamento indevido do objeto, uma vez que a aquisição será realizada de forma sistêmica e indivisível, preservando a lógica de funcionamento do VRF.

Sob o aspecto mercadológico, verificou-se a existência de pluralidade de fornecedores aptos a fornecer sistemas equivalentes, permitindo a definição de especificações técnicas objetivas e compatíveis com o procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico, com julgamento pelo menor preço global, sem prejuízo à ampla competitividade.

Do ponto de vista econômico, a solução apresenta potencial de racionalização do consumo energético ao longo do ciclo de vida do sistema, bem como de redução de riscos associados à incompatibilidade de equipamentos, contribuindo para a eficiência do gasto público. Os impactos ambientais associados à contratação foram avaliados e considerados controláveis, sendo compensados, em especial, pela maior eficiência energética do sistema adotado.

Diante desse conjunto de elementos, restou evidenciado que a contratação proposta é tecnicamente exequível, economicamente justificada e juridicamente adequada, estando em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021.

Assim, declara-se a viabilidade da contratação, recomendando-se o prosseguimento do processo para a fase de elaboração e aprovação do Termo de Referência e adoção das providências necessárias à realização do certame licitatório.

ANEXO II

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

(Processo Administrativo nº 009.00001181/2026-95)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/2026, CELEBRADO ENTRE O(A) ESTADO DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DO(A) CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO E

O Estado de São Paulo, por intermédio do(a) Controladoria Geral do Estado, com sede no(a) Avenida Rangel Pestana, nº 300 – 18º andar, na cidade de

São Paulo /Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 47.999.864/0001-22, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pelo(a) [Portaria/.....] nº, de de de 20..., publicado(a) no DOE de de de, [portador(a) da identificação funcional..... nº/inscrito(a) no CPF sob o nº (se ausente identificação funcional individualizada)], no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº, conforme atos constitutivos da fornecedora **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 009.00001181/2026-95 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº .../..., mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de equipamentos de climatização para o sistema de VRF, para a sede da Controladoria Geral do Estado, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Fabricante: Mod. Ref.: Condensadora Capacidade Térmica (BTU/H): 65.900 Capacidade Térmica (HP): 10 Tensão: 220v/ 03F/Hz Potência Evap. (W): 500 Tamanho: 1090x1625x380 (medidas aproximadas)	486672	unidade	50		
2	Fabricante: Mod. Ref.: Evaporador: Cassete 4 vias Capacidade Térmica (BTU/H): 7.000 Capacidade Térmica (HP): 0,80 Vazão de Insuflamento (m³/H): 459 Tensão: 220v/ 01F/Hz Potência Evap. (W): 43 Tamanho: 570x256x570 (medidas aproximadas)	631635	unidade	5		
3	Fabricante: Mod. Ref.: Evaporador: Cassete 4 vias Capacidade Térmica (BTU/H): 9.000 Capacidade Térmica (HP): 1,00 Vazão de Insuflamento (m³/H): 489 Tensão: 220v/ 01F/Hz Potência Evap. (W): 43 Tamanho: 570x256x570 (medidas aproximadas)	631635	unidade	17		
4	Fabricante: Mod. Ref.: Evaporador: Cassete 4 vias Capacidade Térmica (BTU/H): 12.000 Capacidade Térmica (HP): 1,25 Vazão de Insuflamento (m³/H): 522 Tensão: 220v/ 01F/Hz Potência Evap. (W): 43 Tamanho: 570x256x570 (medidas aproximadas)	631635	unidade	48		
5	Fabricante: Mod. Ref.: Evaporador: Cassete 4 vias Capacidade Térmica (BTU/H): 15.000 Capacidade Térmica (HP): 1,60 Vazão de Insuflamento (m³/H): 660 Tensão: 220v/ 01F/Hz Potência Evap. (W): 43 Tamanho: 570x256x570 (medidas aproximadas)	631635	unidade	10		

6	Fabricante: Mod. Ref.: Evaporador: Cassete 4 vias Capacidade Térmica (BTU/H): 18.000 Capacidade Térmica (HP): 2,00 Vazão de Insuflamento (m³/H): 672 Tensão: 220v/ 01F/Hz Potência Evap. (W): 43 Tamanho: 570x256x570 (medidas aproximadas)	631635	unidade	10		
7	Fabricante: Mod. Ref.: Evaporador: Cassete 4 vias Capacidade Térmica (BTU/H): 24.000 Capacidade Térmica (HP): 2,50 Vazão de Insuflamento (m³/H): 1.080 Tensão: 220v/ 01F/Hz Potência Evap. (W): 51 Tamanho: 950x350x950 (medidas aproximadas)	631635	Unidade	11		
8	Fabricante: Mod. Ref.: Evaporador: Cassete 4 vias Capacidade Térmica (BTU/H): 28.000 Capacidade Térmica (HP): 3,00 Vazão de Insuflamento (m³/H): 1.140 Tensão: 220v/ 01F/Hz Potência Evap. (W): 51 Tamanho: 950x350x950 (medidas aproximadas)	631635	unidade	26		
9	Fabricante: Mod. Ref.: Evaporador: Cassete 4 vias Capacidade Térmica (BTU/H): 30.000 Capacidade Térmica (HP): 3,20 Vazão de Insuflamento (m³/H): 1.260 Tensão: 220v/ 01F/Hz Potência Evap. (W): 51 Tamanho: 950x350x950 (medidas aproximadas)	631635	unidade	6		
10	Fabricante: Mod. Ref.: Evaporador: Cassete 4 vias Capacidade Térmica (BTU/H): 36.000 Capacidade Térmica (HP): 3,75 Vazão de Insuflamento (m³/H): 1.740 Tensão: 220v/ 01F/Hz Potência Evap. (W): 135 Tamanho: 950x350x950 (medidas aproximadas)	631635	unidade	17		
11	Fabricante: Mod. Ref.: Evaporador: Cassete 4 vias Capacidade Térmica (BTU/H): 42.000 Capacidade Térmica (HP): 4,30 Vazão de Insuflamento (m³/H): 1.980 Tensão: 220v/ 01F/Hz Potência Evap. (W): 135 Tamanho: 950x350x950 (medidas aproximadas)	631635	unidade	20		
12	Fabricante: Mod. Ref.: Evaporador: Cassete 4 vias Capacidade Térmica (BTU/H): 48.000 Capacidade Térmica (HP): 5,00 Vazão de Insuflamento (m³/H): 2.040 Tensão: 220v/ 01F/Hz Potência Evap. (W): 135 Tamanho: 950x350x950 (medidas aproximadas)	631635	Unidade	16		

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do Contratado; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O fornecimento do objeto será com entrega imediata.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias, contados da emissão da ordem de fornecimento, na forma do [artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

2.1.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:

2.1.2.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

2.1.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.1.3. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. A forma de fornecimento, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irredutíveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a __/__/__ (DD/MM/AAAA).

7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA/FIPE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 01 (um) mês para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 01 (um) mês, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.10. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.1.2. Designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades e pelos contatos com o Contratante;

9.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

9.1.4. Comunicar ao Contratante, assim que possível e com a devida antecedência em relação à data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, caso ocorrida tal circunstância;

9.1.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato, nos termos do artigo 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.12. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.14. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.17. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que

tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#).

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do [Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024](#).

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1.

10.2. A contratação conta com garantia de execução prestada pelo Contratado, nos moldes do [art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na modalidade XXXXXX, no valor de R\$ _____, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, observando-se para a definição e aplicação desse percentual, quando o caso, o disposto no parágrafo único do artigo 98 do referido diploma legal.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

ii. **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iv. **Multa**:

Calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento (Resolução CGE nº 31, de 4 de setembro de 2025).

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais as sanções previstas neste Contrato ([art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

11.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também

sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos [artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

12.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

12.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.3. Indenizações e multas.

12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade:

II. Fonte de Recursos:

III. Programa de Trabalho:

IV. Elemento de Despesa:

V. Plano Interno:

VI. Nota de Empenho:

13.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

14.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês ([art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

15.4. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO ([art. 92, §1º](#))

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]. OU [Local], data da última assinatura eletrônica das partes.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-

ANEXO II.1

MINUTA DE ORDEM DE FORNECIMENTO
ORDEM DE FORNECIMENTO Nº _____

1 – IDENTIFICAÇÃO					
Nota de Empenho nº		DATA DE EMISSÃO	xx/xx/202x		
Modalidade da Contratação	Pregão Eletrônico		Nº	_____/2026	
Objeto					
Fornecedor		CNPJ			
2 - ÁREA REQUISITANTE					
Unidade					
Solicitante		E-mail			
3 – ESPECIFICAÇÃO DOS BENS E QUANTIDADES					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. DE FORNECIMENTO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	QTDE.	VALOR TOTAL (R\$)
01		Unidade	R\$		R\$
02		Unidade	R\$		R\$
03		Unidade	R\$		R\$
04		Unidade	R\$		R\$
05		Unidade	R\$		R\$
06		Unidade	R\$		R\$
07		Unidade	R\$		R\$
08		Unidade	R\$		R\$
09		Unidade	R\$		R\$
10		Unidade	R\$		R\$
11		Unidade	R\$		R\$
12		Unidade	R\$		R\$

VALOR TOTAL		R\$	
4 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: _____			
5 - DATAS E PRAZOS PREVISTOS			
O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias úteis, contados da emissão da Ordem de Fornecimento, em remessa única.			
6 - ASSINATURA E ENCAMINHAMENTO DA DEMANDA			
Autoriza-se a entrega dos bens correspondentes à presente Ordem de Fornecimento, no período e nos quantitativos acima identificados.			
7 - DADOS DO GESTOR			
Nome		E-mail	

São Paulo, na data da assinatura digital

Gestor
Assinatura

Declaro ter recebido, nesta data, uma via da Nota de Empenho supramencionada e uma via da presente Ordem de Fornecimento

Representante Legal da Empresa
Assinatura

ANEXO III

[RESOLUÇÃO CGE Nº 031, DE 04 DE SETEMBRO DE 2025]

Dispõe e regulamenta os procedimentos sancionatórios, no âmbito da Controladoria Geral do Estado, e dá providências correlatas.

O **CONTROLADOR GERAL DO ESTADO** , no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 3º e 5º, da Lei Complementar nº 1.419, de 27 de dezembro de 2024, c/c artigo 28, inciso II, do Anexo I, do Decreto estadual nº 69.183, de 18 de dezembro de 2024; e

Considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, às contratações públicas, bem como a necessidade de adequar os processos sancionatórios ao que dispõem os artigos 155 a 163 do referido diploma legal,

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, deverá obedecer ao disposto nesta Resolução.

Artigo 2º - O licitante ou contratado, ou quem mantenha vínculo obrigacional para com a Controladoria Geral do Estado, que incidir nas infrações relacionadas no artigo 155 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ficará sujeito às sanções administrativas do artigo 156 do mesmo diploma legal.

Parágrafo Único: Em caso de atraso injustificado, a multa de mora será aplicada de acordo com os parâmetros também fixados nesta Resolução em disposição própria.

Artigo 3º- Serão aplicadas as seguintes sanções administrativas:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta, Autarquias e Fundações do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo

de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§1º - A multa de mora será aplicada nos casos de atraso injustificado na execução do contrato e a multa compensatória nos casos de inexecução parcial ou total do contrato.

§2º - A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados, devidamente apurado.

§3º - As sanções previstas nos incisos I, III, e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

Artigo 4º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 3º, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como os danos que dela provierem para a Controladoria Geral do Estado;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme as normas e orientações dos órgãos de controle.

§1º - São consideradas circunstâncias agravantes da sanção:

1. a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Controladoria Geral do Estado, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2. a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3. a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4. a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5. a reincidência na infração;

6. a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§2º - São circunstâncias atenuantes da sanção:

1. a falha escusável do licitante ou contratado;

2. a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3. a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;

4. a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta.

CAPÍTULO II

DAS SANÇÕES

Seção I – Da Advertência

Artigo 5º - A advertência será aplicada ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, que justifique a imposição de penalidade mais grave.

Seção II – Da Multa

Artigo 6º - A multa prevista no inciso II do artigo 156, aplicável ao contratado ou licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155, ambos da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, será calculada na forma desta Resolução ou na forma de eventual previsão específica distinta no edital ou no contrato, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

Artigo 7º - A inexecução parcial do ajuste sujeitará o contratado à multa, na seguinte conformidade:

I - No caso de obras e serviços de engenharia, 20% (vinte por cento) do saldo contratual não realizado;

II - No caso de aquisição de bens ou de contratação de prestação de serviços não contínuos, 15% (quinze por cento) do saldo contratual não realizado;

III - No caso de prestação de serviços contínuos, 30% (trinta por cento) por dia de inexecução, calculado sobre o valor diário do contrato.

Artigo 8º - A inexecução total do ajuste sujeitará o contratado à multa, na seguinte conformidade:

I - No caso de obras e serviços de engenharia e prestação de serviços contínuos, 10% (dez por cento) do valor do contrato;

II - No caso de aquisição de bens ou de contratação de prestação de serviços não contínuos, 30% (trinta por cento) do valor do contrato;

Artigo 9º - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além da sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e ainda, se for o caso, da imediata perda da garantia de proposta.

Artigo 10 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, nos termos do artigo 162 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo estipulado, na seguinte conformidade:

I - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;

b) 1% (um por cento) ao dia, a partir do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à da alínea "a" supra;

c) Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.

II - no caso de prestação de serviços contínuos, 30% (trinta por cento), calculados sobre o valor diário do contrato. Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução do contrato, sem prejuízo de que tal caracterização reste constada pela Administração em lapso temporal inferior, dadas as características do serviço prestado.

III - no caso de obras e serviços de engenharia, 1% (um por cento) na primeira ocorrência e 2% (dois por cento) quando houver reincidência, calculados sobre o valor correspondente ao saldo contratual não realizado.

Parágrafo Único: Na contagem dos prazos referidos nos incisos I e II deste artigo serão considerados dias corridos.

Artigo 11 - A multa de mora poderá ser convertida em compensatória e promovida a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

Artigo 12 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se for o caso, ou cobrada judicialmente.

Artigo 13 - Fica dispensada a instauração de processo administrativo sancionatório quando for constatado que a multa a ser imposta à contratada é irrisória.

Parágrafo Único: Para os efeitos desta Resolução, é considerado irrisório o valor de multa igual ou inferior a 05 (cinco) Unidades Fiscais do Estado de São Paulo - UFESPs, vigente para o exercício financeiro, mantidos, entretanto, os registros no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP.

Artigo 14 - É obrigatória a instauração de processo administrativo sancionatório, mesmo para a hipótese de multa com valor irrisório - em caso de constatação de conduta que, em tese, possa ensejar a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e/ou declaração de inidoneidade ao contratado.

Artigo 15 - A dispensa referida no artigo 13 desta Resolução deve ser motivada pela autoridade competente para a sua aplicação e instruída com cálculo do valor da multa em tese cabível, possibilitando conferência pelos órgãos de controle, se o caso.

Artigo 16 - Os bens não aceitos e as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pela contratante, em edital e/ou contrato, contado do recebimento da comunicação da recusa.

§1º - O pedido de prorrogação para entrega ou execução do objeto deverá ser apresentado, com a devida justificativa, antes do término do respectivo prazo.

§2º - A ausência de regularização do objeto dentro do prazo determinado ensejará a aplicação das sanções previstas nesta Resolução, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.

Seção III – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 17 - A sanção de impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos adiante especificados do caput do artigo 155 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelos seguintes prazos:

I - por 2 (dois) meses, no caso de infração prevista no inciso IV;

II - por 3 (três) meses, no caso de infrações previstas nos incisos V a VII;

III - por 1 (um) ano, no caso de infração prevista no inciso II;

IV - por 2 (dois) anos, no caso de infração prevista no inciso III;

Parágrafo Único: Os prazos de que trata este artigo poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso até o prazo máximo de 3 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

Seção IV – Da Declaração de Inidoneidade

Artigo 18 - A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do caput do artigo 155 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como, se estiver justificada a imposição de penalidade mais grave por aquelas previstas nos incisos II a VII do caput do mesmo artigo, e impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§1º - O prazo a que alude o caput deste artigo poderá ser reduzido ou majorado, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitando o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos, nos termos do §5º, do artigo 156, da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

§2º - Para os fins do inciso X do caput do artigo 155 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, considera-se comportamento inidôneo a prática de atos

direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, bem como o cometimento de fraude de qualquer natureza.

CAPÍTULO III

DO PROCEDIMENTO SANCIONATÓRIO

Artigo 19 - A instauração de processo sancionatório se dará mediante comunicação do gestor, ou de quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento da execução contratual, à autoridade competente visando a iniciação do procedimento.

Parágrafo Único: Os emitentes das garantias exigidas no contrato deverão ser notificados quando do início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do §4º, do artigo 137, da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Artigo 20 - Configurada a hipótese de aplicação de advertência ou multa, os responsáveis, uma vez instaurado o processo sancionatório, serão intimados para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da comunicação, cabendo ao Subsecretário de Gestão Corporativa decidir sobre o sancionamento.

Parágrafo Único: Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o contratado ser comunicado de ambas as consequências da infração constada, para oportuna decisão conjunta.

Artigo 21 - A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 2º, desta Resolução, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, indicados pelo Subsecretário de Gestão Corporativa, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§1º - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

§2º - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§3º - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

§4º - Os processos sancionatórios deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução ao Subsecretário de Gestão Corporativa para fins de avaliação do seu processamento e eventual análise jurídica.

Artigo 22 - O relatório final da comissão a que alude o artigo 21 desta Resolução será encaminhado ao Subsecretário de Gestão Corporativa, a quem compete:

I - aplicar a sanção de impedimento de licitar e contratar;

II - encaminhar o processo ao Controlador Geral do Estado, autoridade competente para aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

Artigo 23 - Da decisão do Subsecretário de Gestão Corporativa que aplicar as sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

§1º - O recurso de que trata o caput deste artigo deverá ser dirigido à autoridade sancionadora, que deverá no prazo de até 05 (cinco) dias úteis proferir decisão de mérito para rever ou manter a decisão recorrida;

§2º - Caso a autoridade sancionadora decida pela manutenção da decisão recorrida, deverá, imediatamente, submeter o recurso ao Controlador Geral do Estado, que decidirá sobre suas condições de admissibilidade e o seu mérito no prazo de até 20 (vinte) dias úteis.

Artigo 24 - A aplicação da sanção estabelecida no inciso IV, do artigo 3º, desta Resolução (declaração de inidoneidade para licitar) é de competência exclusiva do Controlador Geral do Estado, e será precedida de análise pelo órgão jurídico.

Artigo 25 - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento.

Artigo 26 - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado.

Artigo 27 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Parágrafo Único: Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

Artigo 28 - A intimação dos atos relativos à aplicação de sanções será feita mediante expedição de ofício ao(s) representante(s) relacionado(s) no contrato, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico nele indicados, que deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina.

§1º - Resultando infrutífera a intimação a que refere o caput deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

§2º - Nos processos eletrônicos instaurados na Controladoria Geral do Estado, as comunicações dos atos oficiais serão realizadas por meio das funcionalidades existentes no Sistema Eletrônico de Informações - SEI ou em outro que venha a substituí-lo.

Artigo 29 - Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa, não ocorrendo a quitação, serão adotadas as medidas para o registro do devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - CADIN, e a inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

Artigo 30 - A prescrição para aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 2º, desta Resolução, ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida, pela instauração do processo de responsabilidade a que refere o caput do artigo 21 desta Resolução;

II - suspensão, pela celebração de acordo de leniência, previsto na Lei federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão, por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Artigo 31 - Encerrada a instância administrativa, as sanções deverão ser registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo - CAUFESP, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, bem como, conforme o caso, comunicadas as autoridades competentes, para fins de anotações nos demais cadastros de controle, dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis.

Artigo 32 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183, da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 33 - A presente Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 34 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

(Processo SEI nº 009.00001090/2025-79)

WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO

Controlador Geral do Estado

ANEXO IV

MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA

ANEXO IV.1

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

À

Controladoria Geral do Estado – CGE/SP.

Aquisição equipamentos de climatização para o sistema de VRF, para a nova sede da Controladoria Geral do Estado

* Obs.1: Itens como “controle remoto” devem constar nos equipamentos (CASSETE 4 VIAS).

* Obs.2: Serão admitidos equipamentos com dimensões diferentes das apresentadas por este edital desde que observadas as demais características mínimas.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Fabricante: Mod. Ref.: Condensadora Capacidade Térmica (BTU/H): 65.900 Capacidade Térmica (HP): 10 Tensão: 220v/ 03F/Hz Potência Evap. (W): 500 Tamanho: 1090x1625x380 (medidas aproximadas)	486672	unidade	50		

2	Fabricante: Mod. Ref.: Evaporador: Cassete 4 vias Capacidade Térmica (BTU/H): 7.000 Capacidade Térmica (HP): 0,80 Vazão de Insuflamento (m³/H): 459 Tensão: 220v/ 01F/Hz Potência Evap. (W): 43 Tamanho: 570x256x570 (medidas aproximadas)	631635	unidade	5		
3	Fabricante: Mod. Ref.: Evaporador: Cassete 4 vias Capacidade Térmica (BTU/H): 9.000 Capacidade Térmica (HP): 1,00 Vazão de Insuflamento (m³/H): 489 Tensão: 220v/ 01F/Hz Potência Evap. (W): 43 Tamanho: 570x256x570 (medidas aproximadas)	631635	unidade	17		
4	Fabricante: Mod. Ref.: Evaporador: Cassete 4 vias Capacidade Térmica (BTU/H): 12.000 Capacidade Térmica (HP): 1,25 Vazão de Insuflamento (m³/H): 522 Tensão: 220v/ 01F/Hz Potência Evap. (W): 43 Tamanho: 570x256x570 (medidas aproximadas)	631635	unidade	48		
5	Fabricante: Mod. Ref.: Evaporador: Cassete 4 vias Capacidade Térmica (BTU/H): 15.000 Capacidade Térmica (HP): 1,60 Vazão de Insuflamento (m³/H): 660 Tensão: 220v/ 01F/Hz Potência Evap. (W): 43 Tamanho: 570x256x570 (medidas aproximadas)	631635	unidade	10		
6	Fabricante: Mod. Ref.: Evaporador: Cassete 4 vias Capacidade Térmica (BTU/H): 18.000 Capacidade Térmica (HP): 2,00 Vazão de Insuflamento (m³/H): 672 Tensão: 220v/ 01F/Hz Potência Evap. (W): 43 Tamanho: 570x256x570 (medidas aproximadas)	631635	unidade	10		
7	Fabricante: Mod. Ref.: Evaporador: Cassete 4 vias Capacidade Térmica (BTU/H): 24.000 Capacidade Térmica (HP): 2,50 Vazão de Insuflamento (m³/H): 1.080 Tensão: 220v/ 01F/Hz Potência Evap. (W): 51 Tamanho: 950x350x950 (medidas aproximadas)	631635	Unidade	11		
8	Fabricante: Mod. Ref.: Evaporador: Cassete 4 vias Capacidade Térmica (BTU/H): 28.000 Capacidade Térmica (HP):3,00 Vazão de Insuflamento (m³/H): 1.140 Tensão: 220v/ 01F/Hz Potência Evap. (W): 51 Tamanho: 950x350x950 (medidas aproximadas)	631635	unidade	26		

9	Fabricante: Mod. Ref.: Evaporador: Cassete 4 vias Capacidade Térmica (BTU/H): 30.000 Capacidade Térmica (HP): 3,20 Vazão de Insuflamento (m³/H): 1.260 Tensão: 220v/ 01F/Hz Potência Evap. (W): 51 Tamanho: 950x350x950 (medidas aproximadas)	631635	unidade	6		
10	Fabricante: Mod. Ref.: Evaporador: Cassete 4 vias Capacidade Térmica (BTU/H): 36.000 Capacidade Térmica (HP): 3,75 Vazão de Insuflamento (m³/H): 1.740 Tensão: 220v/ 01F/Hz Potência Evap. (W): 135 Tamanho: 950x350x950 (medidas aproximadas)	631635	unidade	17		
11	Fabricante: Mod. Ref.: Evaporador: Cassete 4 vias Capacidade Térmica (BTU/H): 42.000 Capacidade Térmica (HP): 4,30 Vazão de Insuflamento (m³/H): 1.980 Tensão: 220v/ 01F/Hz Potência Evap. (W): 135 Tamanho: 950x350x950 (medidas aproximadas)	631635	unidade	20		
12	Fabricante: Mod. Ref.: Evaporador: Cassete 4 vias Capacidade Térmica (BTU/H): 48.000 Capacidade Térmica (HP): 5,00 Vazão de Insuflamento (m³/H): 2.040 Tensão: 220v/ 01F/Hz Potência Evap. (W): 135 Tamanho: 950x350x950 (medidas aproximadas)	631635	Unidade	16		

Valor total da contratação: R\$ ____ (____)

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

Observações:

- Não serão aceitos preços com mais de duas casas decimais após a vírgula.
- Deverão estar inclusos, nos valores da proposta comercial, além do lucro, todas e quaisquer despesas de responsabilidade do proponente que, direta ou indiretamente, decorram do fornecimento do objeto licitado

Data

Assinatura

Nome do representante legal da empresa

C.P.F.

ANEXO V
MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)
ANEXO V.1
MODELO DE DECLARAÇÃO

[RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA]
CNPJ nº [XX.XXX.XXX/XXXX-XX]

Declaramos que todos os equipamentos ofertados por essa empresa podem compor um único sistema VRF, plenamente compatíveis entre si e aptos a operar de forma integrada.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

[Local], [Data]

[Nome do Representante Legal]
[Cargo]
[Assinatura]

ANEXO V.2
MODELO DE DECLARAÇÃO
(Atendimento ao Decreto Estadual nº 62.867, de 3 de outubro de 2017)

[RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA]
CNPJ nº [XX.XXX.XXX/0001-XX]

Declara, para os devidos fins, em atendimento ao disposto no artigo 1º do Decreto Estadual nº 62.867, de 3 de outubro de 2017, que:

() Possui conta corrente ativa no Banco do Brasil S.A., cujos dados seguem abaixo:

- Banco: Banco do Brasil S.A.
- Agência: [número da agência]
- Conta Corrente: [número da conta com dígito]
- Titular: [razão social da empresa]
- CNPJ: [mesmo CNPJ acima]

OU

() Compromete-se a informar os dados da conta corrente no Banco do Brasil S.A. em até um dia útil anterior à data da assinatura do contrato ou da emissão da nota de empenho, conforme o que ocorrer primeiro, observando-se a exigência constante do referido Decreto.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

[Local], [Data]

[Nome do Representante Legal]
[Cargo]
[Assinatura]

ANEXO V.3

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

(em papel timbrado do licitante)

(Atendimento ao Decreto estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023)

[RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA]

CNPJ nº [XX.XXX.XXX/XXXX-XX]

Para os devidos fins, e em atendimento ao disposto no artigo 5º do Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023, declaramos que:

Caso sejamos declarados vencedores da licitação, comprometemo-nos a realizar o cadastro do representante legal da empresa no Sistema Eletrônico de Informações – SEI/SP, por meio do endereço eletrônico: https://portal.sei.sp.gov.br/sei/usuario_externo;

Estamos cientes de que, no momento da assinatura do Contrato, os documentos serão disponibilizados para autenticação eletrônica no e-mail cadastrado no SEI.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

[Local], [Data]

[Nome do Representante Legal]

[Cargo]

[Assinatura]



Documento assinado eletronicamente por **Daniel da Silva Lima, Subsecretário**, em 29/04/2026, às 19:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0105956211** e o código CRC **38DDC063**.